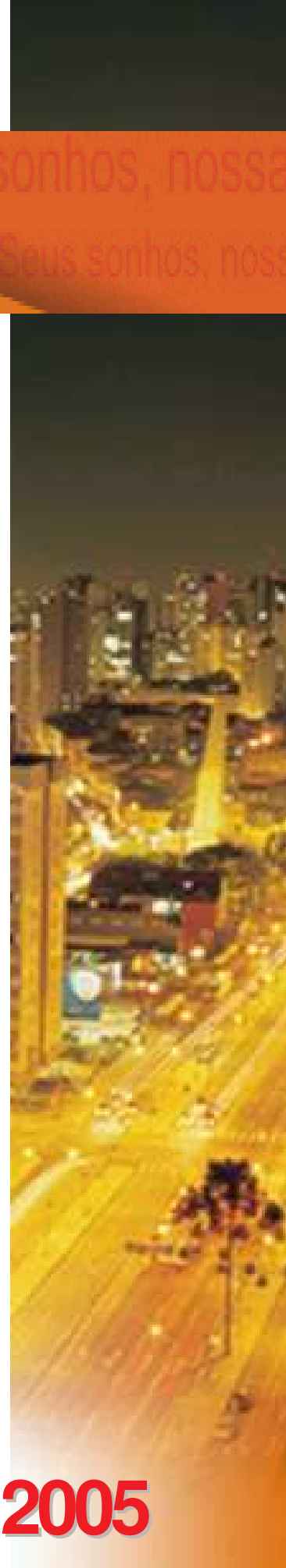




Demonstrações Contábeis **Balanco Financeiro, Social e** **Ambiental**

Relatório da Administração
Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas

2005



Copel Distribuição S/A
CNPJ/MF 04.368.898/0001-06
Companhia de Capital Fechado
www.copel.com copel@copel.com
Rua José Izidoro Biazetto 158 Bloco C
Mossunguê – Curitiba – PR CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dezembro/2005



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 A Empresa.....	5
2. CENÁRIOS	6
2.1 Cenário Internacional.....	6
2.2 Cenário Nacional.....	6
2.3 Cenário Local.....	7
2.4 Cenário Regulatório do Setor.....	7
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	9
3.1 Mercado.....	9
3.2 Tarifas e Política de Descontos.....	11
3.3 Inadimplência.....	12
3.4 Qualidade da Energia.....	13
3.5 Tempo Médio de Atendimento.....	15
3.6 Perdas.....	16
3.7 Fluxo de Energia (em MWh).....	17
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
4.1 Resultado Operacional Líquido.....	18
4.2 Despesas Operacionais.....	18
4.3 LAJIDA ou EBITDA.....	19
4.4 Resultado Financeiro.....	20
4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	21
5. DESEMPENHO AMBIENTAL	23
5.1 Emissões, Efluentes e Resíduos.....	23
5.2 Concordância com os Aspectos Legais.....	24
5.3 Direitos Indígenas.....	25
6. DESEMPENHO SOCIAL	26
6.1 Gestão de Pessoas.....	26
6.2 Gestão de Clientes.....	28
6.3 Gestão de Fornecedores.....	29
6.4 Balanço Social.....	31
7. ANÁLISE CORPORATIVA	35
7.1 Gestão de Riscos.....	35
7.2 Programa de Investimentos.....	39
7.3 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.....	39
7.4 Programa de Eficiência Energética.....	39
8. OUTRAS INFORMAÇÕES	41
8.1 Governança.....	41
8.2 Maior Agilidade no Atendimento de Reclamações.....	41
8.3 Maior Transparência na Fatura.....	41
8.4 Tecnologia da Informação.....	42
8.5 Auditoria Externa.....	42
8.6 Copel Distribuição em Números.....	44
9. AGRADECIMENTOS	45
9.1 Mensagem de Agradecimento.....	45
9.2 Glossário de Termos Utilizados.....	46
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
Balanço Patrimonial - Ativo.....	55
Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido.....	56
Demonstração do Resultado.....	57
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	58
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	59
Demonstração do Valor Adicionado.....	61
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	63
1 Contexto Operacional.....	63
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	63
3 Principais Práticas Contábeis.....	64
4 Disponibilidades.....	67
5 Consumidores e Revendedores.....	68
6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	70
7 Serviços Executados para Terceiros, Líquidos.....	70
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	71
9 Impostos e Contribuições Sociais.....	72
10 Conta de Compensação da “Parcela A”.....	74
11 Ativo Regulatório - Pasep/Cofins.....	76
12 Cauções e Depósitos Vinculados.....	77

Distribuição

13	Outros Créditos.....	78
14	Imobilizado.....	79
15	Empréstimos e Financiamentos	81
16	Debêntures	85
17	Fornecedores.....	87
18	Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	87
19	Benefício Pós-Emprego.....	88
20	Taxas Regulamentares.....	88
21	Outras Contas a Pagar	89
22	Provisões para Contingências	90
23	Patrimônio Líquido.....	90
24	Receita Operacional	91
25	Deduções da Receita Operacional	92
26	Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	92
27	Despesas Operacionais.....	93
28	Abertura de Outros Custos de Operação e Outras Despesas Operacionais	94
29	Pessoal	94
30	Planos Previdenciário e Assistencial	95
31	Resultado Financeiro.....	97
32	Resultado não Operacional	97
33	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	97
34	Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	100
35	Seguros	100
36	Detalhamento da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	102
10.	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	105
11.	PARECER DO CONSELHO FISCAL	107

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores,

Apresentamos a seguir, Relatório da Administração, contendo as principais atividades no exercício de 2005, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas aos preceitos da legislação societária e nas normas preconizadas pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, acrescidas do Balanço Social, da Demonstração do Valor Adicionado e da Demonstração do Fluxo de Caixa.

1.1 A Empresa

A Copel Distribuição S/A explora a distribuição e a comercialização de energia em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, proveniente de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica à 1.109 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina. A Companhia tem seu sistema de distribuição composto conforme quadro a seguir:

Composição do Sistema da Distribuição	
Redes de Distribuição (km)	165.576
Postes	2.221.572
Transformadores	315.289
Potência instalada em transformadores (MVA)	6.651
Subestações não Automatizadas	27
Subestações Automatizadas	204
Subestações Totais	231
Potência instalada em subestações (MVA)	1.434

Destacamos que a Copel Distribuição S/A pertence ao grupo da Copel - Companhia Paranaense de Energia e que dados constantes das demonstrações daquela holding, também os são desta controlada, quando relativos à concessão de distribuição de energia.

2. CENÁRIOS

2.1 Cenário Internacional

O ano de 2005 caracterizou-se por um cenário de ampla liquidez internacional, fruto das baixas taxas de juros praticadas pelos Bancos Centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa e por taxas de crescimento econômico acima da média dos últimos trinta anos, em especial na China, Índia e nos tigres asiáticos.

A política monetária expansionista implementada a partir de 2001 pelo Federal Reserve Bank - FED, obteve êxito em reverter a tendência depressiva verificada na atividade econômica norte-americana no início desta década, além de contribuir para o crescimento da economia dos Estados Unidos, marcada por uma trajetória de dez trimestres consecutivos de forte expansão.

A União Européia enfim recupera-se de um longo período de estagnação na atividade econômica e o Japão também apresenta trajetória de recuperação depois de mais de uma década de estagnação. Os países da América Latina apresentaram taxas de crescimento econômico satisfatórias, devido ao choque positivo dos preços das commodities minerais exportadas pela região, destacando-se os desempenhos da Venezuela e Argentina.

2.2 Cenário Nacional

A economia brasileira iniciou 2005 com a expectativa de replicar a trajetória de crescimento verificada em 2004, quando o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro cresceu à taxa de 4,9%. Esta performance não se manteve ao longo do ano devido à manutenção de altas taxas de juros reais, como também aos efeitos da crise política sobre a atividade econômica, o que implicou em uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB, que foi de 2,3% em 2005 em relação ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em 2004, as cotações de várias commodities industriais e agrícolas exportadas pelo Brasil apresentaram significativa valorização, destacando-se o minério de ferro, o aço e a soja. Este movimento se intensificou em 2005, em especial no setor de minérios não-ferrosos, com destaque para o cobre, zinco, estanho, platina e ouro, enquanto o aço e a soja sofreram expressiva desvalorização no mercado externo devido ao arrefecimento da demanda e/ou ao aumento da oferta destes produtos. As exportações brasileiras atingiram a marca de US\$ 118,30 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 22,6% em relação ao acumulado no ano anterior, enquanto as importações atingiram o montante de US\$ 73,55 bilhões de dólares em 2005, com crescimento de 17,1% em relação a 2004. O saldo da balança comercial atingiu o recorde de US\$ 44,75 bilhões de dólares. O crescimento do comércio mundial atingiu a marca de 13,8% em 2005, quando o Brasil ampliou sua participação para 1,1%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

2.3 Cenário Local

A economia paranaense foi afetada em 2005 pelos reflexos do baixo desempenho no setor agropecuário, que contribuiu para a redução da taxa de crescimento do PIB estadual. Tal comportamento teve como origens a estiagem, que ocasionou quebra na safra de 2005, a desvalorização do dólar em relação ao real, como também a queda nas cotações dos principais produtos do agronegócio paranaense no mercado externo. Além disso, as suspeitas da existência de febre aftosa no rebanho bovino do Estado e o conseqüente embargo da carne bovina paranaense por parte dos principais países importadores contribuíram para um ano menos produtivo para o agronegócio estadual em 2005. A estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES para o crescimento do PIB paranaense em 2005 é de 0,3%.

As exportações paranaenses atingiram a marca de US\$ 10,02 bilhões de dólares em 2005, com incremento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações somaram US\$ 4,52 bilhões de dólares neste período, aumento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2004. O saldo comercial do estado totalizou US\$ 5,49 bilhões de dólares em 2005.

O setor industrial do estado cresceu 0,8 % em 2005 em relação ao ano anterior, enquanto a produção industrial nacional acumulou alta de 3,1% neste período. Dentre os principais setores industriais estaduais, os que apresentaram acréscimo na produção foram os de veículos automotores, 21,1%, e refino de petróleo e produção de álcool, 9,6%. Os principais ramos que apresentaram recuo na produção foram os de alimentos, com queda de 5,8%; e máquinas e equipamentos, com redução de 11,1%.

2.4 Cenário Regulatório do Setor

Em 2005, foi realizado o 1º Leilão de Energia Nova, com base no novo modelo do setor. No total foram comercializados 564.075 GWh, ao preço médio de 121,20 R\$/MWh, com data de entrega prevista para 2008, 2009 e 2010. No leilão foram ofertados contratos de energia com fontes térmicas e hídricas, com duração de 15 e 30 anos, respectivamente. A Companhia adquiriu os montantes especificados na tabela a seguir:

	Fonte Hídrica (GWh)	Fonte Térmica (GWh)
2008	951	3.755
2009	857	7.964
2010	17.437	8.455

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Além da compra nesse leilão, ao longo de 2005 as distribuidoras tiveram a oportunidade de ajustar sua contratação de energia com o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, em função da migração de consumidores potencialmente livres para o Ambiente de Contratação Livre - ACL do início da operação comercial de contratos bilaterais adquiridos antes do novo marco regulatório.

De forma a atender ao contido na Lei 10.848/2004, a partir de abril de 2005 os contratos com consumidores livres assinados com a Copel Distribuição foram cedidos para a Copel Geração, com a devida aprovação da Aneel.

Em agosto de 2005, a Companhia utilizou-se do mecanismo MCSD para ajustar o nível de contratação, em função da cessão dos consumidores livres para a Copel Geração. Em dezembro foi utilizado novamente o mecanismo MCSD, dessa vez, para aquisição de energia existente para 2006 e 2007, a fim de reduzir a compra de energia nova.

O detalhamento do arcabouço regulatório do novo modelo do setor elétrico encontra-se em sua fase final, restando ainda a regulamentação da forma de repasse para as tarifas dos custos com a sobra de contratos, dentro do limite de 103%.

Relativamente ao aspecto tarifário, em 2005 registramos como fatos relevantes a exclusão dos tributos Pasep/Cofins da composição da tarifa de energia elétrica, a alteração da aplicação da fórmula do Índice de Reajuste Tarifário - IRT, a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, e a publicação da Resolução Normativa nº 166/2005, que estabeleceu nova metodologia de cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e da Tarifa de Energia - TE.

Em 2005, a Agência reguladora do setor elétrico deu início ao processo de aprimoramento do mecanismo de Revisão Tarifária por meio do Fórum Técnico de Integração da Aneel e Sociedade, considerando-se que as contribuições que forem aceitas serão incorporadas e aplicadas no Segundo Ciclo de Revisão Tarifária.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Mercado

O consumo de energia elétrica faturado pela Companhia em 2005, totalizou 17.523 GWh.

A classe residencial, que responde por 26,6% do mercado da Copel Distribuição, cresceu 4,2% em 2005. Essa melhoria pode ser verificada no indicador “consumo médio por consumidor residencial”, que foi de 151,4 kWh/mês em 2005, superando em 1,5% os números apresentados no ano anterior (149,2 kWh/mês). O crescimento da classe decorre, principalmente, do aumento nas vendas de eletrodomésticos, em especial aparelhos de DVD, televisores e computadores pessoais, após a ampliação na oferta de crédito ao consumidor, ocorrida desde o ano passado.

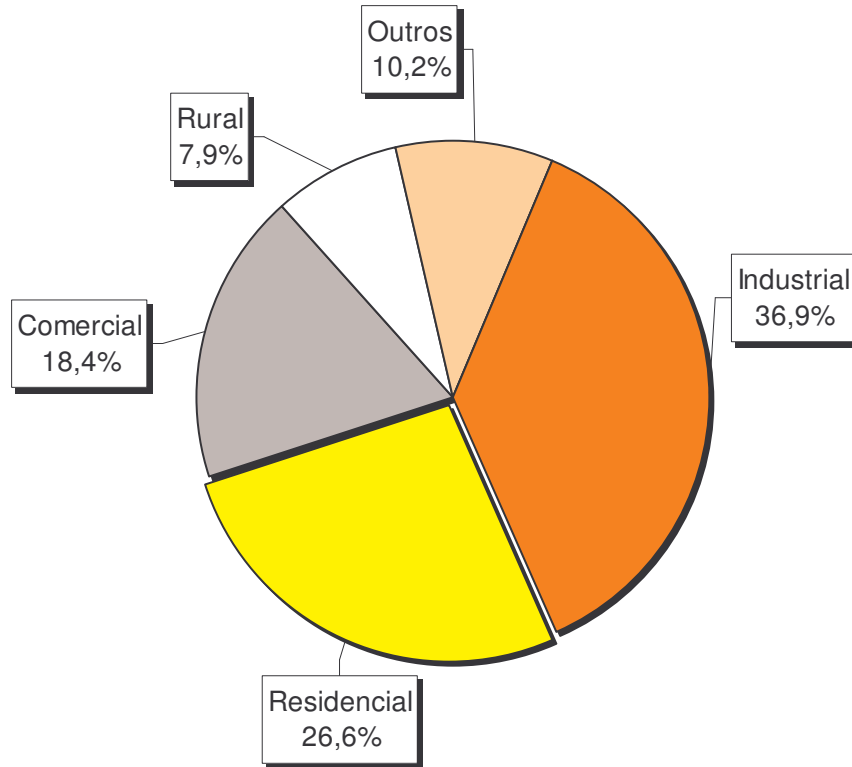
A classe comercial, que representa 18,4% do mercado da Copel Distribuição, apresentou o melhor desempenho entre as principais classes de consumo, com crescimento de 6,8%. Esse bom desempenho resultou do cenário positivo vivenciado pelo setor terciário. O comércio foi beneficiado pelo aumento nas operações de crédito para pessoas físicas, aliado ao aumento no número de consumidores (2,5% superior ao apresentado em 2004) e à abertura de alguns ramos do varejo, em especial centros comerciais, com elevado padrão de consumo.

O crescimento de 5,2% verificado na classe rural se deve, principalmente, ao aumento no consumo médio proporcionado pela elevação da renda do produtor, decorrente dos bons resultados verificados nas safras de 2002/2003 e 2003/2004 e conseqüente aumento na capacidade de aquisição de maquinários e de aparelhos elétricos.

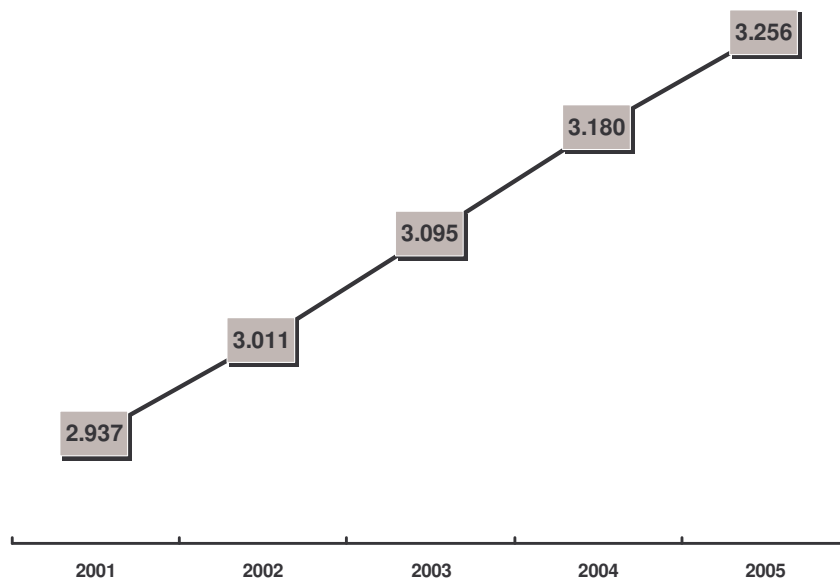
O consumo da classe industrial, ao considerarmos somente o mercado cativo, apresentou queda de 9,3%, devido à transferência, em abril de 2005, dos consumidores livres para a Copel Geração.

Classes	Consumo (GWh)				Unidades Consumidoras			
	2005	2004	Δ% 2005-2004	Participação % 2005	2005	2004	Δ% 2005-2004	Participação % 2005
Residencial	4.653	4.467	4,2	26,6	2.561.066	2.495.584	2,6	78,6
Industrial Cativo	6.466	7.130	-9,3	36,9	53.256	50.032	6,4	1,6
Comercial	3.231	3.024	6,8	18,4	273.124	266.491	2,5	8,4
Rural	1.389	1.320	5,2	7,9	327.363	327.097	0,1	10,1
Outros	1.784	1.728	3,3	10,2	41.755	40.866	2,2	1,3
Total Distribuição Direta	17.523	17.669	-0,8	100,0	3.256.564	3.180.070	2,4	100,0

Consumo por Classe



Evolução do Número de Consumidores (em milhares)



3.2 Tarifas e Política de Descontos

3.2.1 Reajuste Tarifário Anual

Por meio da Resolução Homologatória nº 130, de 20.06.2005, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição foram reajustadas, a partir de 24.06.2005, em média de 7,80%, composto por 9,05% referente aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, menos 1,25%, correspondente ao Índice de Reajuste Tarifário - IRT.

3.2.2 Política de Descontos

Desde o ano de 2003, a Companhia vem praticando a política de oferecer descontos em suas tarifas, de modo a incentivar o uso de energia elétrica, contribuir para o crescimento econômico do Estado pela atração de novas indústrias, e, reduzir a inadimplência. No período compreendido entre 24.06 e 31.07.2005, a Companhia decidiu manter as tarifas praticadas para os consumidores adimplentes. A partir de 1.08.2005, a Copel Distribuição aplicou um reajuste médio de 4,4% sobre a tabela tarifária em vigor. O desconto médio para os consumidores em dia passou a ser de 6,8% sobre os valores da Resolução nº130/2005.

O quadro a seguir apresenta os principais dados relativos aos reajustes tarifários e aos descontos, entre 2003 e 2005:

Data	Reajuste médio autorizado pela Aneel	Reajuste médio aplicado aos consumidores adimplentes	Desconto médio concedido
24. jun. 2003	25,27%	-	20,20%
01. jan. 2004	-	15,00%	8,20%
24. jun. 2004	14,43%	9,00%	12,50%
01. fev. 2005	-	5,00%	8,20%
24. jun.2005	7,80%	-	10,80%
01. ago.2005	-	4,41%	6,80%

3.2.3 Realinhamento Tarifário

No reajuste de junho de 2005, a Aneel cumpriu mais uma etapa do realinhamento tarifário determinado pelo Decreto n.º 4.667/2003, visando reduzir os subsídios cruzados entre os diversos grupos de consumo. Os reajustes aplicados foram maiores nos grupos tarifários de alta tensão do que nos de baixa tensão. No caso da Copel Distribuição, a baixa tensão teve uma redução de 0,05% enquanto o grupo de alta tensão teve acréscimo de 15,25 %.

Tarifas médias de fornecimento por classe de consumo (em R\$/MWh)

TARIFAS	Dez 2005	Dez 2004	Variação%
Residencial	268,90	262,12	2,59
Industrial	171,68	139,74	22,86
Comercial	234,87	221,31	6,13
Rural	164,20	157,84	4,03
Outros	177,39	164,60	7,77
Fornecimento/Total	209,52	187,08	11,99

3.3 Inadimplência

A partir do período contábil de 2003, a Companhia passou a calcular o Índice de Inadimplência do produto Fornecimento de Energia Elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

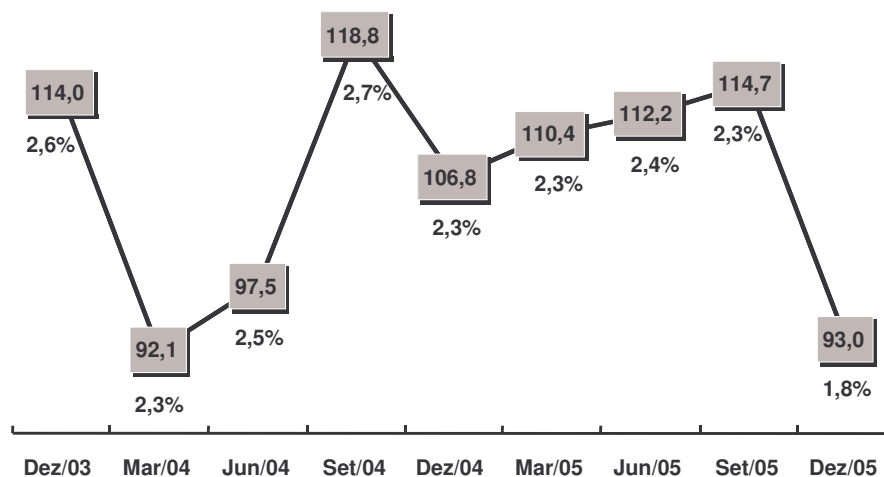
$$\text{Inadimplência (Percentual)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos } > 15 \text{ dias } \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período 12 meses}}$$

Considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias, em conformidade com o prazo de Aviso de Vencimento (Resolução Aneel nº 456/00).

Excluído dos débitos vencidos, o reconhecimento de perdas pela Companhia.

A queda do Índice de Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica, de 2,3% em dezembro de 2004, para 1,8% em 2005, é conseqüência, principalmente, do recebimento de faturas vencidas e da transferência para a reserva de valores incobráveis.

Composição da Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica (R\$ milhões / %):



3.4 Qualidade da Energia

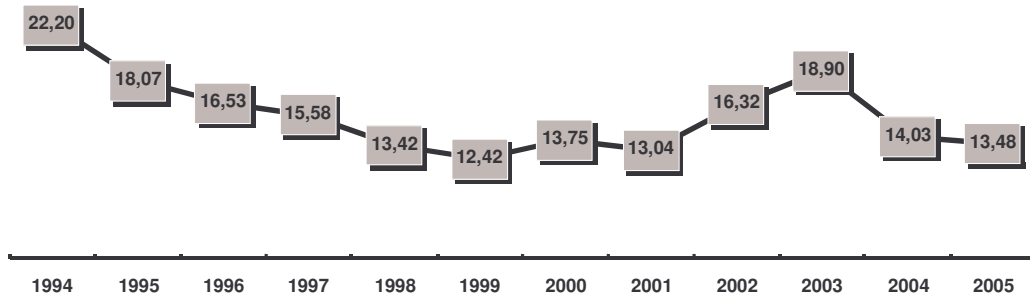
Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor -DEC e Freqüência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC.

O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a três minutos.

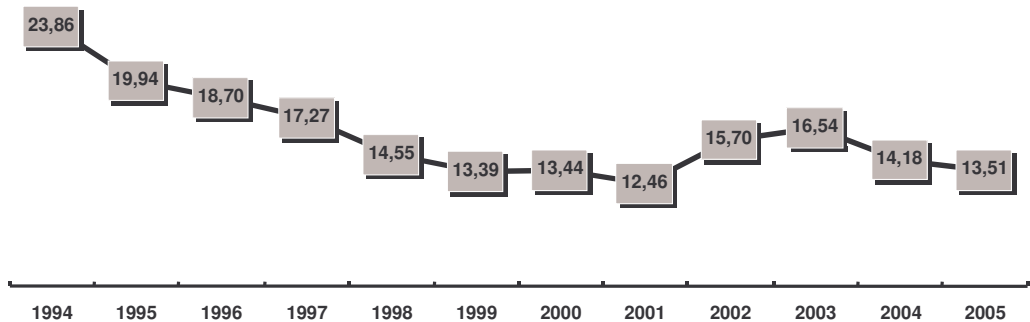
O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores ou iguais a três minutos.

Segue um gráfico mostrando o histórico dos índices DEC e FEC da Companhia nos últimos doze anos.

DEC (em horas, centesimal de hora)



FEC (nº de interrupções)



O índice DEC da Companhia atingiu seu menor valor histórico no ano de 1999, enquanto o índice FEC registrou o menor valor no ano de 2001.

Com o crescimento do sistema elétrico, influenciado fortemente pelo programa “Luz para Todos”, é necessário que sejam realizadas constantemente ampliações e reforços nas redes, além da necessidade de implantação de novas tecnologias visando atender ao mercado de forma satisfatória e otimizada.

A Companhia, ao passar por um processo de privatização a partir de 2000, sofreu impacto, com a redução de pessoal e de investimentos, o que aliado às condições climáticas adversas levou a uma condição inadequada dos indicadores de 2002 e 2003.

No início de 2003, a Companhia aprovou a criação de um Grupo de Trabalho responsável pela proposição de ações para melhoria do sistema visando a redução dos índices relativos aos conjuntos de consumidores.

Como resultado do primeiro trabalho do grupo, foi autorizada pela Diretoria da Empresa a liberação de recursos suplementares na ordem de R\$ 27 milhões, utilizados para execução de obras e ações de manutenção no sistema.

Em 2004, também foram aprovados recursos suplementares para contratação de novas equipes que contribuíram na manutenção do sistema com a realização de poda de árvores e roçada de faixas, resultado que vem sendo refletido nos indicadores de 2005.

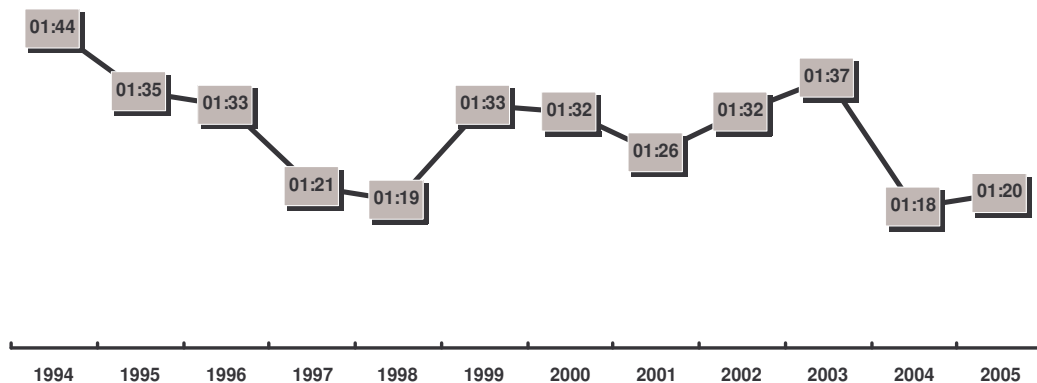
Em 2004 os indicadores DEC e FEC apresentaram melhoria significativa, seguido de novo ganho em 2005.

Para que esta tendência favorável possa ser mantida, serão necessárias ações continuadas de melhoria do sistema, tanto no âmbito da manutenção quanto no de investimentos em obras.

3.5 Tempo Médio de Atendimento

Relativamente ao Tempo Médio de Atendimento - TMA percebe-se também uma melhora significativa a partir de 2004 , passando a atingir o melhor tempo em 2005. Esta melhora no indicador é resultado de um forte investimento da Companhia na contratação de novos técnicos, eletricitas, com a abertura de novos postos de atendimento, a partir de 2003.

TMA - Tempo Médio de Atendimento (em horas:minutos)



3.6 Perdas

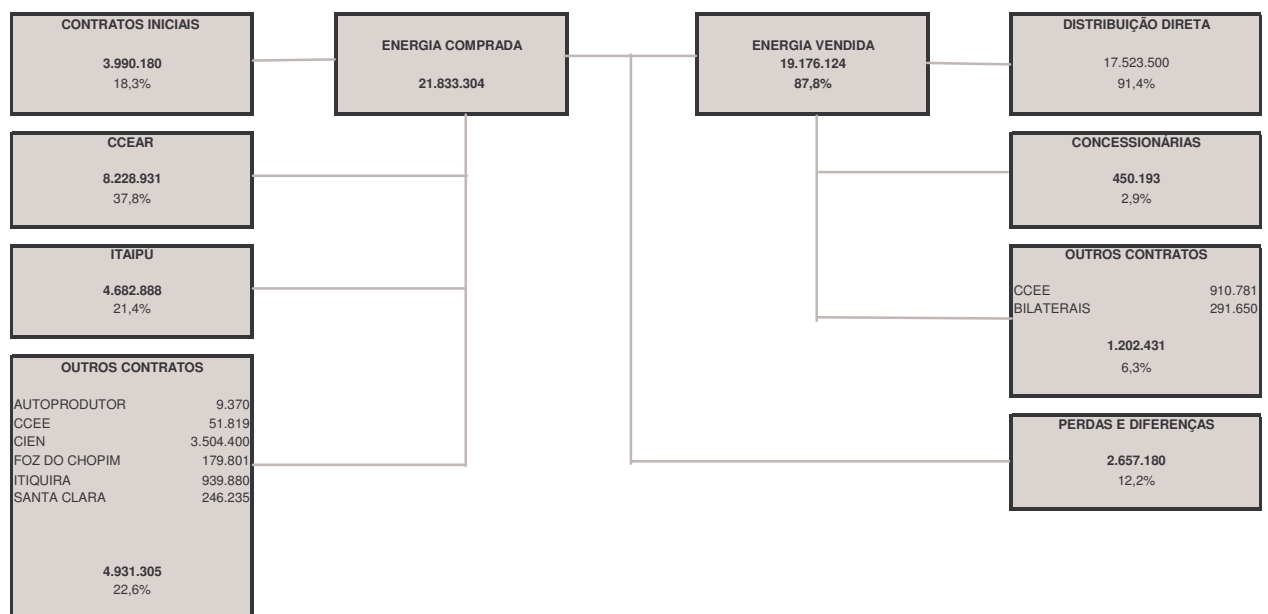
O índice de perdas de energia total da Companhia foi de 12,2%, referente à energia total disponível. No cálculo foram considerados as perdas técnicas, comerciais e contratos.

Embora as perdas comerciais na Copel Distribuição sejam baixas, devido à tendência de crescimento, a Companhia empreendeu algumas ações de caráter preventivo, como a criação de 50 equipes de inspeção espalhadas em toda a área de concessão, a substituição do sistema de lacre de medidores e caixas de medição e o desenvolvimento de um sistema para controle de todo o processo de inspeção, chamado GD Medição.

A implantação do programa social Luz Legal - conduzido pela Companhia em parceria com a Cohapar através do fornecimento de energia elétrica de forma regular, até dezembro de 2005, beneficiou cerca de 2.650 consumidores. Contudo, tal iniciativa resultou em prejuízo comercial.

3.7 Fluxo de Energia (em MWh)

O fluxo a seguir resume a disponibilidade e suprimento de energia elétrica comercializada pela Copel Distribuição em 2005. Em disponibilidade apresentam-se as aquisições através de contratos de comercialização de energia no ambiente regulado, mecanismo de realocação de energia, entre outros.



4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 Resultado Operacional Líquido

O aumento na Receita Bruta de 12,6%, passando de R\$ 4.889,9 milhões em 2004, para R\$ 5.505,8 milhões em 2005, é atribuído, principalmente, ao crescimento das receitas de:

- 1) Fornecimento de energia elétrica em 13,3%, em decorrência de:
 - Aumento médio de 5% nas tarifas, devido a redução dos descontos concedidos aos consumidores adimplentes, a partir de fevereiro;
 - Aumento médio de 7,8% nas tarifas, conforme resolução 130/2005 - Aneel, a partir de julho, não havendo repasse aos consumidores adimplentes neste mês; e
 - Aumento médio de 4,4% nas tarifas, em decorrência da redução do desconto aplicado aos consumidores adimplentes, a partir de agosto.
- 2) Queda no suprimento de energia elétrica de 26,6%, representado pela transferência de consumidores livres para a Copel Geração a partir de maio de 2005.
- 3) Disponibilidade da rede elétrica em 66,1%, devido aos reajustes aplicados em fevereiro, julho e agosto de 2005.

Nas deduções da Receita houve aumento de 17,9%, devido a constituição de ativo regulatório de Pasep/Cofins em 2004, e sua realização à partir de julho de 2005, bem como acréscimo destes tributos repassados à tarifa, e ainda, ao ICMS decorrente do aumento de receita no período.

4.2 Despesas Operacionais

O aumento de 9,4% nas Despesas Operacionais, em comparação aos gastos de 2004, que foram R\$ 3.299,1 milhões contra os R\$ 3.609,3 milhões em 2005, está relacionado principalmente ao crescimento nas seguintes rubricas:

- 1) Taxas Regulamentares, com o acréscimo de R\$ 63,9 milhões provenientes de:

- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE acréscimo de R\$ 49,0 milhões, devido ao aumento da quota fixada pela Aneel, além de maior amortização em 2005 dos valores referentes à Conta de Compensação da Parcela A – CVA; e
 - Aumento de R\$ 12,7 milhões na Conta de Consumo de Combustível - CCC. Este fundo subsidia os custos de combustíveis fósseis para a geração termelétrica nos sistemas interligado e isolado. O valor da cota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa. O desembolso efetuado pelas distribuidoras é repassado aos consumidores por meio das tarifas, rateadas entre estes no reajuste tarifário anual ou na revisão tarifária periódica das empresas. A necessidade de uso dos combustíveis fósseis para geração térmica é determinada com base no planejamento feito pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A receita de CCC é utilizada para financiar o combustível da geração termelétrica.
- 2) Encargos de Uso da Rede Elétrica e de Transporte, com acréscimo de R\$ 166,2 milhões em razão do aumento tarifário em média de 9% em julho de 2005, da maior amortização neste exercício dos valores referentes à Conta de Compensação da Parcela A - CVA , além da entrada de novos ativos de transmissão no sistema interligado.
 - 3) Pessoal, com crescimento de R\$ 61,3 milhões, devido aos reajustes salariais de 6,5% e 5,9%, ocorrido respectivamente em outubro de 2004 e outubro de 2005, ao aumento do quadro de pessoal, e ao pagamento de adicional periculosidade, conforme acordo judicial no qual este adicional passou a ser calculado sobre todos os itens que compõe a remuneração básica do empregado, bem como a provisão e encargos correspondentes a este e os benefícios estabelecidos em ACT.
 - 4) Energia Elétrica Comprada para Revenda, com aumento de R\$ 133,7 milhões, em função da aquisição de energia elétrica em leilão no montante de R\$ 430,6 milhões, e o reconhecimento à partir deste exercício da Conta de Compensação das Variações da Parcela A - CVA passiva de energia no valor de R\$ 43,2 milhões, motivada pela diferença entre o valor de compra e o valor fixado no IRT de junho de 2005.
 - 5) A rubrica tributos apresentou acréscimo de R\$ 11,2 milhões decorrentes de autuações da Secretaria da Fazenda Estadual em relação ao ICMS. Os valores foram objeto de parcelamento e inclusão no programa de Refis Estadual e serão quitados no primeiro trimestre de 2006.

4.3 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, ou EBITDA, totalizou R\$ 327,9 milhões, superior em 19,8% ao apresentado em 2004 que foi de R\$ 273,7 milhões, sendo que sua margem foi 8,7%.

Distribuição

Rubrica	Em 2005 R\$ mil	Em 2004 R\$ mil
• Depreciação e amortização	152.287	142.275
• Resultado das Atividades	175.644	131.460
• LAJIDA ou EBTIDA	327.931	273.735
• Receita Operacional Líquida - ROL	3.785.005	3.430.576
• Margem do LAJIDA % ⁽¹⁾	8,7	8,0

⁽¹⁾ Ebitda/Receita Operacional Líquida

4.4 Resultado Financeiro

Este resultado decresceu R\$ 96,3 milhões em relação a 2004, devido à redução de R\$ 108,3 milhões na receita financeira e decréscimo de R\$ 12,0 milhões da despesa financeira. As principais variações foram:

- Redução das variações monetárias ativas em R\$ 96,3 milhões, devido à menor variação do Índice Geral de Preços - IGP-DI, o qual corrige o saldo do Repasse da Conta de Resultados a Compensar - CRC ao Governo do Estado do Paraná;
- Decréscimo dos juros e comissões ativos de R\$ 63,2 milhões, em decorrência da repactuação das parcelas do CRC de dezembro de 2004; e
- Crescimento de R\$ 31,3 milhões dos encargos de dívidas, devido à apropriação de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	187.003	206.992
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.807	65.418
Depreciação e amortização	152.287	142.275
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(22.502)	(98.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.504)	4.220
Provisões no exigível a longo prazo	145.749	75.822
Baixas de realizáveis a longo prazo	-	68.189
Baixas de investimentos	-	3
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	16.816	11.718
	295.653	268.996
Variações no ativo circulante		
Consumidores e revendedores	(80.544)	(138.945)
Serviços executados para terceiros	174	(336)
Serviços em curso	(3.178)	199
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	29.428	118.640
Impostos e contribuições sociais a compensar	(32.857)	49.770
Conta de compensação da "parcela A"	170.908	67.532
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	20.712	-
Cauções e depósitos vinculados	(16.889)	1.451
Almoxarifado	(3.209)	(1.856)
Outros créditos	(6.859)	(1.383)
	77.686	95.072
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	11.240	(33.065)
Impostos e contribuições sociais	(5.993)	11.370
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	16.238	8.071
Benefícios pós-emprego	(71.585)	(64.498)
Conta de compensação da "parcela A"	36.897	-
Taxas regulamentares	(22.907)	7.078
Outras contas a pagar	27.394	(4.783)
	(8.716)	(75.827)
Aplicações no realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	(10.706)	(1.859)
Repasse CRC ao Gov. do Estado do Paraná - reclassificado do circulante	-	(170.149)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(1.982)	(1.987)
Depósitos judiciais	(14.802)	(19.953)
Conta de compensação da "parcela A"	(13.884)	(111.937)
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	(22.145)	(61.247)
Demais realizáveis a longo prazo	(936)	-
	(64.455)	(367.132)
Redução do realizável a longo prazo		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	-	25.000
	-	25.000
Aumento do exigível a longo prazo		
Coligadas e controladora	2.556	28.179
	2.556	28.179
Total das Atividades Operacionais	489.727	181.280

Demonstração do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(241.114)	(233.808)
Contribuições do consumidor	39.675	47.924
Total das Atividades de Investimento	(201.439)	(185.884)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	(18.314)	8.322
Debêntures	600	5.470
Total das Atividades de Financiamento	(17.714)	13.792
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	270.574	9.188
Saldo inicial de caixa	61.698	52.510
Saldo final de caixa	332.272	61.698
Variação no caixa	270.574	9.188

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.

5. DESEMPENHO AMBIENTAL

A gestão ambiental corporativa da Companhia é liderada por um comitê específico, cuja atribuição é de contribuir no planejamento estratégico quanto às questões ambientais e representá-la nas suas relações interinstitucionais, subsidiando estudos, planos e relatórios relacionados ao setor de energia elétrica ou ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Dentre os assuntos tratados nas reuniões do Comitê no ano de 2005 destacam-se: **a)** formação de um grupo de trabalho para tratar de auditoria ambiental; **b)** comunicação dos assuntos correlatos ao meio ambiente na internet e intranet às partes interessadas; e **c)** análise e tendências da implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade na Companhia e indicadores de meio ambiente por meio da formação de um subcomitê.

5.1 Emissões, Efluentes e Resíduos

A Gestão Corporativa de Resíduos é um programa iniciado em 2005 que tem como meta em médio e longo prazos dar um encaminhamento ambientalmente adequado para todos os resíduos industriais e administrativos/domésticos gerados na Companhia. Ou seja, zero de resíduos impactando o meio ambiente. Em setembro de 2005 foi realizada a 1ª Oficina de Gestão Corporativa de Resíduos, onde compareceram representantes de várias áreas da Companhia, que culminou com apresentação das diretrizes da Gestão Corporativa de Resíduos para toda a Copel Distribuição.

Duas grandes cidades paranaenses, Cascavel e Londrina, já estão à frente na destinação adequada aos resíduos das podas de árvores. A poda é necessária para evitar curtos-circuitos e interrupções no fornecimento de energia, quando galhos podem entrar em contato com a rede elétrica.

Enquanto na maior parte do Estado os resíduos das podas ainda são destinados, por decisão das prefeituras, a lixões e aterros sanitários, em Londrina, um acordo entre a Secretaria de Meio Ambiente do Município, a Companhia e uma empresa de trituração de resíduos estão dando novo destino a troncos, galhos e folhas desde agosto de 2005.

No processo de limpeza do local onde a poda foi realizada, os resíduos são encaminhados para trituração e posterior venda, para utilização em fornos industriais e panificadoras, por exemplo. A medida, além de reduzir o volume de resíduos, evita que centenas de árvores sejam cortadas para servir de combustível em indústrias. Para se ter uma idéia, Londrina conta com cerca de 40 mil árvores que estão sob rede e devem ser podadas. Anualmente, só a poda dessa cidade, gera aproximadamente 624 toneladas de resíduos. Considerando que uma árvore pesa em média 1 tonelada, cerca de seis centenas de árvores deixam de virar lenha a cada ano.

Já a cidade de Cascavel destina seus resíduos à produção de adubos e fertilizantes. Algo em torno de 10% da poda, de um total de 20 mil árvores, tem sido encaminhado nos últimos dois anos para uma dessas empresas, a pedido da Prefeitura. A companhia de adubos e fertilizantes retribui com ações sociais junto a entidades assistenciais da cidade. Essa experiência já está se estendendo para o município de Maringá.

Os óleos minerais isolantes são manuseados pelos almoxarifados das regionais e do Pólo do Atuba, e também pelas turmas de manutenção de redes que adotam procedimentos padronizados para evitar derramamento quando da retirada e transporte de equipamentos com defeito. O destino desses óleos é a regeneração em processos industriais, sendo esporadicamente aproveitados nas regionais.

Os sólidos contaminados com óleo mineral, depositados no almoxarifado central, são oriundos basicamente dos serviços de regeneração de óleo. Até 2005, 58 tambores estavam armazenados aguardando um encaminhamento ambientalmente adequado, como o co-processamento em fornos de fábricas de cimento.

O ascarel vem sendo sistematicamente eliminado na Companhia através da substituição de todos os seus equipamentos atualmente cadastrados, que se encontram nas redes e subestações de distribuição. O destino é a incineração em condições especiais com tocha de plasma a altas temperaturas para evitar que os produtos das emissões, altamente tóxicos, poluam mais o meio ambiente do que o próprio ascarel.

Quanto às lâmpadas contendo mercúrio, anualmente são realizadas licitações para contratação de companhia especializada em dar uma destinação adequada. A quantidade média anual é de aproximadamente 6.500 lâmpadas encaminhadas à descontaminação do mercúrio e reciclagem dos demais materiais.

5.2 Concordância com os Aspectos Legais

A Companhia mantém um cadastramento das multas ambientais sofridas, as quais sempre foram tratadas diretamente pelas Regionais. Tais autuações são eventuais e de montante financeiro pouco significativo. Apesar disso, há previsão de se incluir no Planejamento Estratégico, na função Meio Ambiente, um controle da quantidade de multas/autuações/embargos. Ressalte-se, ainda, que estão sendo desenvolvidas ações para dialogar com os órgãos ambientais, através da elaboração do Manual de Instruções Técnicas de Meio Ambiente - Áreas Verdes, elaboração de folder de orientação, dentre outras atividades.

5.3 Direitos Indígenas

As queixas e reclamações das comunidades indígenas são recebidas por meio do Ministério Público Federal. As reivindicações são repassadas à Companhia em reuniões para negociações e acordos. Quando necessário, são contratados profissionais para diagnóstico e certificação técnica das reivindicações da comunidade indígena. Quando as solicitações são avaliadas por uma equipe como procedentes, elabora-se plano de implementação das ações reivindicadas.

6. DESEMPENHO SOCIAL

6.1 Gestão de Pessoas

A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, admitindo em 2005, mediante concurso público visando atender o redimensionamento interno de pessoal e a substituição de pessoal terceirizado, com ênfase nas atividades técnico-operacionais.

Todo o quadro próprio da Companhia é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça, crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afro-descendentes.

6.1.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas de capacitação e aprimoramento continuado de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos. Em 2005, foram realizados diversos eventos (cursos, seminários e palestras). A carga horária média/ano foi de 57,7 horas/empregado.

A Companhia também aplica uma consistente política em relação à formação de seus empregados com investimentos significativos nos cursos de pós-graduação, além de incentivar o auto-desenvolvimento destes por meio do programa de auxílio educação.

6.1.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para essa finalidade, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações realizadas em 2005, com o estabelecimento de metas empresariais e o alcance dos resultados negociados.

O Plano de Cargos e Salários da Controladora foi reestruturado em 2005, de maneira a refletir a realidade ocupacional na Companhia. Este serve de referência para a remuneração fixa, buscando a comparação dos salários praticados com valores de mercado e aplicação da política salarial.

6.1.3 Benefícios

A manutenção e o aprimoramento de um amplo conjunto de benefícios aos empregados é um dos pontos fortes da organização. Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, antecipação do décimo terceiro salário, abono de férias, adiantamento de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, apólice de seguro de vida em grupo, flexibilidade de horários para empregados, além de inúmeros outros possibilitados pelo convênio entre a Copel Distribuição e o INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Copel Distribuição é mantenedora, são: plano de previdência privada, complementando o valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

6.1.4 Qualidade de Vida no Trabalho

Dentro do Processo de Qualidade de Vida no Trabalho, foi implementado, em caráter experimental na Região de Curitiba, o programa Energia e Saúde, com atividades de ginástica laboral dirigidas a todos os empregados, com enfoque especial para os eletricitistas, envolvendo atividades de condicionamento físico, teleatendentes, contemplando atividades anti-stress, além dos “aulões” realizados em datas específicas (Páscoa, Natal) visando a integração dos empregados. O programa Energia e Saúde será estendido às demais localidades em 2006.

Outra ação que merece destaque no Processo de Qualidade de Vida no Trabalho foi a realização de palestras sobre educação financeira, disponibilizada a todos os empregados para que estes estejam mais aptos a administrar o seu orçamento financeiro.

Também foi disponibilizado na intranet o Guia do Serviço Social, contendo informações básicas sobre os serviços sociais oferecidos à comunidade de um modo geral, além de informações sobre os principais benefícios e serviços oferecidos pela Fundação Copel, governo, previdência social, iniciativa privada e entidades não-governamentais.

6.1.5 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Distribuição é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com todas as 17 entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia a fim de levar aos empregados, comunicações de seu interesse, além do canal formal direto com a área de Recursos Humanos.

Além dos aspectos legais atinentes ao estabelecimento do Acordo Coletivo anual, que vigora de outubro a setembro, as partes discutem ainda a reposição da inflação do período, alterações nos benefícios, reavaliação dos demais itens de natureza administrativa, novas conquistas, dentre outros. Além disso, são realizadas reuniões periódicas para o tratamento das questões trabalhistas e para o estreitamento das relações.

A participação dos empregados nas negociações tem papel de fundamental importância, e vai desde a presença nas assembleias sindicais para a elaboração da pauta de reivindicações, até a deliberação da categoria pela aceitação ou rejeição da proposta da Companhia. A Copel Distribuição também incentiva a participação dos empregados em conselhos, órgãos de classe, associações profissionais, entre outras entidades.

6.2 Gestão de Clientes

A Copel Distribuição possui amplo canal de relacionamento com seus clientes, sendo o controle do atendimento às suas necessidades realizado por meio das análises dos resultados das pesquisas de mercado e pela análise dos relatórios gerenciais. A avaliação da satisfação, fidelidade e necessidades dos clientes são obtidas por meio de pesquisas realizadas por segmento e, a partir dos seus resultados, são definidas e implementadas ações direcionadas.

Além disso, a Companhia realizou estudos de microsegmentação abordando variáveis, tais como: perfil psicográfico, consumo, margem de contribuição e setor de atuação. Anualmente, é elaborado um questionário no qual as superintendências regionais identificam potencial de aumento de carga, como a instalação ou ampliação de plantas industriais e de outras atividades que possam gerar necessidades relacionadas ao fornecimento da Companhia.

A Copel Distribuição se associou à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, na qual participam 51 concessionárias de distribuição, atuantes em todas as regiões do país e responsáveis pelo atendimento de mais de 99% do mercado brasileiro de energia elétrica.

Devido à característica do seu negócio, a Companhia possui banco de dados com informações tratadas confidencialmente por meio de sistemas que garantem a privacidade do consumidor pelos usuários que acessam tais informações, sejam estas pesquisas ou outros dados inerentes ao cliente. Cumpre ressaltar que não foi registrada, em 2005, nenhuma reclamação inerente à violação de privacidade dos canais de relacionamento.

A Companhia disponibiliza aos clientes diversos canais de acesso que agregam qualidade e agilidade na prestação de orientações e no atendimento às solicitações, sugestões e reclamações dos clientes.

6.3 Gestão de Fornecedores

Em 2005, a Companhia firmou contratos com 1.257 fornecedores. Todos responderam por contratos cujo montante total se situava abaixo de 10% do total das aquisições do ano. A totalidade destes contratos foi paga segundo os termos estabelecidos.

Por ocasião do cadastramento de fornecedores, bem como na fase de habilitação dos participantes de licitações, nas modalidades pregão e concorrência, é exigida pela Copel Distribuição uma declaração da empresa, assinada por sócio, proprietário ou diretor, devidamente identificado, de que não imputa trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 anos e qualquer trabalho a menor de 16 anos. Exige-se também nessa declaração que a empresa informe se emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

Também integra os contratos firmados pela Companhia com seus fornecedores, uma cláusula específica sobre Responsabilidade Social, na qual as partes contratantes se comprometem a:

- Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que estes também se comprometam no mesmo sentido;
- Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

- Proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanados das esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

Essa cláusula também estabelece que a Companhia poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas ao fornecedor contratado, sendo-lhe permitidas visitas a quaisquer estabelecimentos deste. Até 2008, serão criados mecanismos ou procedimentos para monitorar o efetivo cumprimento dessa cláusula.

6.4 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
 (Valores expressos em milhares de reais)

		2005				2004			
1 - BASE DE CÁLCULO									
NE 24 e 25	Receita Líquida - RL	3.785.005				3.430.576			
(1)	Resultado Operacional - RO	285.414				337.536			
(2)	Folha de Pagamento Bruta - FPB	344.517				284.834			
	Valor Adicionado Total - VAT	2.862.100				2.504.115			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS									
		% Sobre:			% Sobre:				
		FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT		
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	29.319	8,51	0,77	1,02	25.136	8,82	0,73	1,00
NE 29	Encargos sociais compulsórios	87.653	25,44	2,32	3,06	72.126	25,32	2,10	2,88
	Previdência privada	49.280	14,30	1,30	1,72	69.918	24,55	2,04	2,79
	Saúde (Convênio assistencial)	16.089	4,67	0,43	0,56	14.568	5,11	0,42	0,58
	Segurança e medicina no trabalho	2.316	0,67	0,06	0,08	1.722	0,60	0,05	0,07
	Educação	1.320	0,38	0,03	0,05	1.299	0,46	0,04	0,05
	Cultura	321	0,09	0,01	0,01	893	0,31	0,03	0,04
	Capacitação e desenvolvimento profissional	7.792	2,26	0,21	0,27	7.022	2,47	0,20	0,28
	Auxílio creche	331	0,10	0,01	0,01	306	0,11	0,01	0,01
NE 29	Participação nos lucros e/ou resultados	21.021	6,10	0,56	0,73	11.170	3,92	0,33	0,45
	Outros benefícios	1.414	0,42	0,04	0,06	595	0,21	0,02	0,03
	Total	216.856	62,94	5,73	7,58	204.755	71,89	5,97	8,18
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS									
		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
	Educação	-	-	-	-	-	-		
	Cultura	1.389	0,49	0,04	0,05	764	0,23	0,02	0,03
	Saúde e saneamento	72.169	25,28	1,90	2,52	46.064	13,64	1,35	1,84
(3)	Programa Luz Fraterna	29.757	10,43	0,79	1,04	25.619	7,59	0,76	1,02
	Programa Luz para Todos	41.388	14,50	1,09	1,45	17.639	5,23	0,51	0,70
	Programa Reluz	184	0,06	-	0,01	2.099	0,62	0,06	0,08
	Programa Luz Legal	840	0,29	0,02	0,03	707	0,21	0,02	0,03
	Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-
	Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	92	0,03	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	73.558	25,77	1,94	2,57	46.920	13,90	1,37	1,87
DVA	Tributos (excluídos encargos sociais)	2.122.555	743,68	56,08	74,16	1.778.399	526,88	51,84	71,02
	Total	2.196.113	769,45	58,02	76,73	1.825.319	540,78	53,21	72,89

(continuação)

				2005			2004				
4 - INDICADORES AMBIENTAIS				% Sobre:			% Sobre:				
				RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
Investimentos relacionados com as operações da empresa				35.611	12,48	0,94	1,24	12.683	3,76	0,37	0,51
NE 27	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento, Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico e Ind.			34.260	12,00	0,91	1,20	6.063	1,80	0,18	0,24
	Gestão de resíduos			888	0,31	0,02	0,03	978	0,29	0,03	0,04
	Rede Compacta ou Linha Verde			463	0,16	0,01	0,02	5.642	1,67	0,16	0,23
Investimentos em programas e/ou projetos externos				71	0,02	-	-	7	-	-	-
	Educação Ambiental			71	0,02	-	-	7	-	-	-
Total				35.682	12,50	0,94	1,24	12.690	3,76	0,37	0,51
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa				<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL											
Empregados no final do período				5.557			4.826				
Escolaridade dos empregados(as):				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Total Superior e extensão universitária				1.757	1.231	526	1.534	1.073	461		
Total 2º Grau				3.342	2.881	461	2.847	2.422	425		
Total 1º Grau				458	431	27	445	426	19		
Faixa etária dos empregados(as):											
Abaixo de 30 anos				1.260			719				
De 30 até 45 anos (exclusivo)				2.655			2.689				
Acima de 45 anos				1.642			1.418				
Admissões durante o período				931			474				
Mulheres que trabalham na empresa				1.014			905				
% Mulheres em cargos gerenciais:											
em relação ao nº total de mulheres				0,7			0,6				
em relação ao nº total de gerentes				6,1			4,6				
Negros(as) que trabalham na empresa				517			433				
% Negros(as) em cargos gerenciais:											
em relação ao nº total de negros(as)				1,2			1,4				
em relação ao nº total de gerentes				5,3			5,5				
(4)	Portadores(as) de necessidades especiais			57			268				
Dependentes				10.348			9.852				
Estagiários(as)				692			742				
Nº de Terceirizados(as)				ND			1.294				

(continuação)

	2005	Metas 2006
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(5) Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,2	27,2
(6) Número total de Acidentes de Trabalho	117	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: direção		direção
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: segue as normas da OIT		seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla: todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: são sugeridos		serão exigidos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: apóia		apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	152.188	150.362
no Procon	1.538	1.538
na Justiça	770	573
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
no Procon	100,0%	100,0%
na Justiça	25,6%	100,0%
	2005	2004
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :		
Pessoal	12,7%	13,3%
Governo	76,6%	73,2%
Financiadores	4,2%	5,2%
Acionistas	0,0%	0,0%
Retido	6,5%	8,3%

(continuação)

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A Copel Distribuição não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Superintendência de Gestão Contábil

Edson Gilmar Dal Piaç Barbosa - tel 41 3331-2123 e-mail: edson.barbosa@copel.com

Rita de Cássia Gabriel Cerqueira - tel 41 3331-2213 e-mail: rita.cerqueira@copel.com

Notas:

NA - Não se aplica

ND - Não Disponível

NE - Nota Explicativa

(1) De acordo com o Ibase, devemos reportar aqui o Resultado Operacional que, no caso da Copel Geração, é o Lucro Operacional, ou seja, o lucro antes do resultado não operacional e dos impostos;

(2) Na composição da FPB foram considerados salários, férias, gratificações, 13º, INSS, FGTS e outros itens relacionados, efetivamente pagos pela companhia no ano, incluídos nas despesas operacionais e/ou transferidos para imobilizado em curso, conforme atual definição do Ibase;

(3) O Programa Luz Fraterna é realizado através de um convênio com o Governo do Estado do Paraná, lançado em 11.09.2003, e tem como objetivo beneficiar a população carente, com a isenção do pagamento das contas de energia àquelas famílias que atendam aos critérios previamente estabelecidos;

(4) O nº de portadores de necessidades especiais em 2004 compreendia terceirizados que trabalhavam para a Companhia no Call Center e digitalização, atividades que foram primarizadas, através de concursos públicos em 2005, gerando a diminuição observada nestes dados;

(5) Para este cálculo consideramos como remuneração além do salário nominal, o Adicional por Tempo de Serviço, item também incluído na folha de pagamento, o que acaba por aumentar o valor da relação, já que novos empregados (admitidos no ano) não têm direito a este adicional;

(6) Para o número de acidentes totais em 2005, foram consideradas ocorrências com empregados, contratados e acidentes na comunidade. Já para 2006, a meta para acidentes na comunidade é zero, e foi demonstrada no balanço social da Controladora, portanto, não disponível por subsidiária.

7. ANÁLISE CORPORATIVA

7.1 Gestão de Riscos

Além dos aspectos ambientais, relativamente a sua gestão de riscos, a Companhia considera suas relações sociais e econômicas, tratando-as de maneira sistêmica e integrada, como se segue:

7.1.1 Riscos Patrimoniais - Seguros de Bens e Direitos

A Companhia mantém Comitê de Gerenciamento de Riscos e Seguros Patrimoniais, que tem por objetivos:

- Desenvolver e aperfeiçoar estudos para o estabelecimento de uma política de gerenciamento de riscos e seguros dos ramos elementares da Companhia;
- Definir junto às áreas pertinentes da Companhia o que deve ser segurado, através de levantamentos, identificação e análise de risco, experiências e histórico de sinistralidade, por tipo e características de bens e equipamentos, de dispêndio de prêmios de seguro no período – utilizando parâmetros auxiliares relacionados a cada tipo de risco para desenvolvimento paralelamente com as áreas envolvidas – técnicas e inspeções preventivas de detecção de possíveis danos ao patrimônio da Companhia; e
- Promover e manter, no âmbito da Companhia, a política adotada.

Com base nas recomendações desse Comitê e visando atender à legislação vigente sobre seguros e à Lei nº.8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, a Companhia contrata apólices de seguros para salvaguardar seus bens e instalações, e mantém um seguro para reparação por danos involuntários causados a terceiros.

As principais modalidades de seguros adotadas são:

- Seguro de Riscos Nomeados.
- Seguro de Incêndio Imóveis Próprios.
- Seguro de Incêndio Imóveis Locados.
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral.

- Seguro de Riscos de Engenharia
- Seguro de Transporte Nacional.
- Seguro de Transporte Internacional

Outras informações sobre os seguros adotados na Companhia poderão ser obtidas na Nota Explicativa 35.

7.1.2 Segurança e Saúde do Trabalho

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais, em 2005, destacam-se: a continuidade da Campanha Interna de Segurança do Trabalho “Dê Preferência à Vida”, a maior campanha de segurança já desenvolvida na Companhia; e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - Cipas, cujo objetivo é prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

A Companhia, em atendimento ao que determina a Norma Regulamentadora NR-5 e as suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador, manteve em 2005, em toda a sua área de concessão, a atuação de diversas Cipas e um contingente de empregados entre membros e secretários. As Cipas são compostas por 50% de representantes do empregador e 50% de representantes dos empregados, atendendo a 100% do quadro próprio da Companhia.

A Companhia assegura aos seus empregados um amplo leque de atendimento no que tange à Medicina Ocupacional. Nesse sentido, mantém estrutura própria e descentralizada de médicos e enfermeiros do trabalho, além de outros profissionais especializados, atuando preventivamente nos aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho, e realizando exames médicos em diversas modalidades em padrões superiores ao mínimo legal exigido.

Está sendo implantado o Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST, sistema de controle para a eliminação de riscos existentes no ambiente, atendimento à legislação, treinamento, padronização de atividades de risco, inspeções, estabelecimento de metas e campanha permanente, o qual está em plena consonância com as Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Existe política definida para sua utilização, segundo a qual, em cada área de implantação, é realizado um diagnóstico, seguido de planejamento, controle periódico da operação, verificação, análise crítica anual e auditoria.

Com relação ao tratamento a empregados portadores de HIV/Aids, o controle de casos é feito independentemente de idade ou função, através do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO. Esse programa está em consonância com a NR7, do Ministério do Trabalho e Emprego, e com as diretrizes da OIT. Os empregados portadores de HIV/Aids são acompanhados e recebem reembolso de 90% dos gastos com medicamentos e 100% dos gastos com internamentos.

7.1.3 Segurança e Saúde de Contratados

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a Companhia está desenvolvendo algumas ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados, dentre as quais destacam-se:

- Programa de integração para empreiteiros no início de obras;
- Encontro de segurança com proprietários de empreiteiras;
- Encontro de segurança com eletricitas de empreiteiras;
- Encontro de segurança com eletricitas autônomos que prestam serviços de construção de instalações elétricas;
- Parceria com o Senai para treinamento de eletricitas de empreiteiras;
- Inspeções de segurança periódicas;
- Fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos; e
- Controle estatístico de acidentes.

7.1.4 Segurança e Saúde de Clientes e Consumidores

A comunidade é diretamente impactada em questões de segurança, afetada devido à característica dos serviços prestados pela Companhia, que mantém programa permanente de palestras sobre prevenção de acidentes com eletricidade, desenvolvido pelos próprios empregados, que atendem escolas, cooperativas, associações, igrejas e comunidade em geral. As informações verbais são complementadas com a distribuição de materiais explicativos como cartilhas, cadernos, régua, jogo da memória e afixação de cartazes.

Temas sobre segurança são veiculados nas faturas de energia, na Internet e, anualmente, nas campanhas de verão no litoral paranaense. Mediante convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação, foram treinados técnicos pedagógicos, representantes das Associações de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, e pais de alunos para serem multiplicadores nos seus núcleos estaduais. Outra ação é a utilização dos “veículos da segurança” em eventos comunitários e em canteiros de obras, por meio de convênio firmado com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná - CREA, Sindicato da Indústria da Construção Civil - Sinduscon e Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, para a prevenção de riscos de acidentes na área da construção civil.

Na sua relação com a comunidade, a Companhia conta com vários programas, campanhas e indicadores relacionados à prevenção de acidentes, dentre os quais destacam-se:

- Calendário Rural - Foram distribuídos 340 mil calendários rurais para auto-leitura do medidor pelos clientes da zona rural, nos quais são divulgadas recomendações de segurança e prevenção de acidentes com energia elétrica;
- **Kit-Escola** - Campanha de Segurança na Comunidade para a Prevenção de Acidentes com Eletricidade. Seu objetivo é informar sobre segurança no uso de energia elétrica de forma didática. O Kit Escola é usado por 928 voluntários em todo o Paraná, todos empregados da Companhia, sendo composto por caderno, régua, jogo de memória e cartilha. Foram distribuídos, ao longo de 2005, 130 mil kits em 1.325 estabelecimentos de 261 municípios. Ao todo, 128.549 alunos tiveram acesso ao material. A meta prevê que, em 2006, 142.906 alunos sejam beneficiados;
- Palestra "Prevenção de Acidentes com Eletricidade" para apresentação em eventos de segurança em outras companhias do Paraná, quando por elas solicitada;
- Convênio com emissoras de rádio no Estado para divulgação de informes de prevenção de acidentes com eletricidade;
- Participação em festas regionais (feiras agropecuárias, festas tradicionais, encontros de classe, entre outros) com um estande para levar informações sobre os riscos da eletricidade para a população; e
- Envio de correspondências aos proprietários e locais que apresentam iminente risco de choque elétrico.
- Em 2005 não foi registrada ocorrência de não-conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor, incluindo penalidades e multas impostas por essas violações.

- Com o propósito de se antecipar às demandas legais e regulamentares, a Companhia mantém na sua estrutura, área formal para prevenir possíveis ocorrências. As eventuais pendências e sanções referentes aos requisitos legais e regulamentares, aos aspectos relativos ao comportamento ético e aos requisitos contratuais são analisadas pelas áreas afins, tão logo notificadas.

7.2 Programa de Investimentos

Foi aprovado na 111ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em dezembro de 2005, o Programa de Investimentos previsto para 2006, sendo destinado às obras de distribuição R\$ 317,4 milhões. Em 2005 foram investidos R\$ 241,1 milhões.

7.3 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2005, R\$ 2,8 milhões nos segmentos de distribuição, compreendendo diversos projetos relativos aos ciclos 2002/2003 e 2003/2004.

7.4 Programa de Eficiência Energética

A Companhia desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, por meio do qual são aplicados recursos financeiros equivalentes a 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Em 2005, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Gestão Energética Municipal - Projeto com o objetivo de implantar plano de efficientização energética em instalações municipais e difundir o conceito de combate ao desperdício de energia elétrica e preservação do meio ambiente, com os seguintes resultados:

- a) abrangência de 37 municípios no Paraná
- b) capacitação de 72 técnicos municipais
- c) criação e estruturação de Unidades de Gestão Energética Municipais
- PROCEL nas Escolas - Programa de Educação Ambiental “A Natureza da Paisagem” - Trata-se de um programa de educação ambiental denominado “A Natureza da Paisagem - Energia”, destinado a professores do Ensino Fundamental e Médio, ministrado por técnicos da Concessionária através de curso de 12 horas, com acompanhamento permanente durante o ano letivo. Em 2005, foram capacitados 436 professores vinculados a escolas municipais de Umuarama e Irati.
- Doação de Sistemas de Iluminação Eficientes para Entidades Assistenciais - A fim de promover o combate ao desperdício de energia em entidades assistenciais do Estado, a Companhia repassou orientações sobre como usar a energia elétrica sem desperdícios e efetuou a substituição dos sistemas de iluminação existente por outro mais moderno e eficiente. Foram beneficiadas 561 entidades assistenciais através da distribuição e instalação de lâmpadas fluorescentes compactas de 15W e conjuntos de iluminação de 32W (luminária + lâmpada fluorescente tubular + reator eletrônico), sendo eficientizados 8.976 pontos de iluminação.
- Convênios e Termos de Cooperação Técnica - Em 2005, foram celebrados convênios e termos de cooperação técnica com instituições de várias regiões do Estado, tendo como finalidade o desenvolvimento dos projetos de eficiência energética relacionados a seguir:
 - a) Eficientização Energética nas Santas Casas de Misericórdia de Curitiba e Londrina;
 - b) Eficientização Energética na Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa;
 - c) Eficientização Energética no Hospital Infantil de Londrina;
 - d) Eficientização Energética no Campus da Universidade Estadual de Maringá;
 - e) Criação de Laboratório de Eficiência Energética na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (antigo CEFET-PR) - Curitiba.
- Projeto Eficientização de Sistemas de Iluminação - Visando reduzir o desperdício de energia elétrica por meio de equipamentos de iluminação mais eficientes e sem prejuízo da qualidade da iluminação, foi desenvolvido, em 2004, o Projeto de Eficientização em Sistemas de Iluminação Pública, o qual teve como objeto a substituição de lâmpadas incandescentes, mista e de vapor de mercúrio, por lâmpadas de vapor de sódio. Foram substituídos 16.902 pontos de iluminação pública dos municípios de Iporã, Altônia, Paraíso do Norte, São Jorge do Patrocínio, Castro e Toledo.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1 Governança

A Companhia, através de sua Controladora, procura se orientar pelas melhores práticas de Governança Corporativa, que prevêm princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade diante das partes interessadas que impactam ou são impactadas pelos seus negócios.

Ao adotar esses princípios, a Companhia transforma suas ações em boas práticas de governança que culminam com previsibilidade nos resultados e aprimoramento dos seus relacionamentos, por meio da comunicação com todas as partes interessadas.

Considerando que a sustentabilidade se baseia no tripé econômico, social e ambiental, a adoção desses princípios garante, sob o ponto de vista econômico, a diminuição dos riscos estratégicos, operacionais e financeiros, aumentando o valor da Companhia e viabilizando a captação de recursos. Socialmente, propicia a construção de uma sociedade mais equitativa. Do ponto de vista ambiental, possui programas e projetos ambientais integrados e prevê o custo da externalidade de suas atividades, comprometendo-se em deixar herança saudável para as gerações futuras.

8.2 Maior Agilidade no Atendimento de Reclamações

Desde outubro de 2005, em parceria com a coordenadoria estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Seju, a Companhia mantém um empregado em tempo integral naquela Coordenadoria para resolver, diretamente com os clientes, as reclamações ou pendências apresentadas. Essa é uma ação que aproxima a Companhia dos seus clientes e consumidores, gerando resultados significativos quanto à redução do número de processos abertos junto àquele Órgão. A parceria admite a possibilidade de ampliação desse atendimento aos postos do Procon no interior do Estado.

8.3 Maior Transparência na Fatura

Em 2005, a Companhia adotou o detalhamento das faturas de energia para os clientes residenciais, discriminando o custo de geração, transmissão, distribuição da energia, os encargos do setor elétrico e os impostos, para que os consumidores entendam quanto pagam e qual o destino dos valores cobrados pela Concessionária.

8.4 Tecnologia da Informação

Em 2005, a área de Tecnologia da Informação da Companhia voltou-se intensamente para a reestruturação de seus processos, buscando, com isso, obter expressiva melhoria nos níveis de seus controles internos. Esse esforço, alinhado intimamente às necessidades da Organização de adequar-se à Lei Sarbanes-Oxley, envolveu diversos profissionais de TI, que trabalharam na remediação de controles, muitos dos quais já implantados e em operação.

Essas iniciativas, além de atenderem às exigências da legislação, têm trazido benefícios para a Companhia, especialmente pelo fato de garantirem maior transparência e controle sobre os processos de TI. Somando-se a essas ações, destaca-se a modernização dos sistemas que suportam a gestão de consumidores da Companhia. Para isso, foi instituído o programa MOSAICo, que abrangerá os sistemas ligados aos processos de faturamento, arrecadação, cobrança e atendimento comercial, além de ações específicas de saneamento dos cadastros de consumidores e de medidores de energia.

Foi iniciado também o Programa de Migração do Software do Geoprocessamento da Companhia - MigraGeo, cujo prazo de execução previsto é de quatro anos e envolverá cerca de 90 profissionais.

Paralelamente a essas atividades, a área continuou trabalhando intensamente na infra-estrutura de redes, na melhoria do atendimento, na eficiência da operação, na manutenção e melhoria dos sistemas legados e no parque de servidores, incluindo-se aí a troca do servidor central, o que significou aumento de 16% na capacidade de processamento, além de permitir a utilização do sistema operacional de código aberto Linux.

Com relação a seus recursos humanos, promoveu um processo de primarização de algumas atividades como *help-desk*, impressão centralizada e operação de periféricos, com a conseqüente contratação de mão-de-obra própria, além da alocação de novos empregados para as áreas de desenvolvimento, suporte e produção, reforçando, dessa forma, a capacidade da área em atender com maior eficiência às demandas da Empresa.

8.5 Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela instrução CVM n° 381, de 14.01.2003, a Controladora e suas subsidiárias integrais renovaram o contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, são auditadas as demonstrações financeiras pela auditoria interna e externa. Como medida de governança, os processos de auditorias internas são auditados pela auditoria externa.

8.6 Copel Distribuição em Números

	2005	2004	Δ % 2005-2004
Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional	5.505,8	4.889,9	12,6
Receita Operacional Líquida ou Vendas Líquidas	3.785,0	3.430,6	10,3
EBITDA ou LAJIDA	327,9	273,7	19,8
Lucro Líquido	187,0	207,0	(9,7)
Patrimônio Líquido	1.532,5	1.370,1	11,9
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez Corrente (índice)	1,37	1,00	37,0
Margem operacional líquida (%)	4,64	3,83	21,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	13,90	17,80	(21,9)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	48,48	56,03	(13,5)
Atendimento			
Fornecimento de Energia - Participação mercado Nacional (%) ⁽¹⁾	5,3	5,6	(5,4)
Fornecimento de Energia - Participação mercado da Região Sul (%) ⁽¹⁾	30,8	32,1	(4,0)
Unidades Consumidoras	3.256.584	3.180.070	2,4
Empregados	5.557	4.826	15,1
Consumidores por empregado	586	659	(11,1)
Municípios atendidos	393	393	-
Localidades atendidas	1.109	1.112	(0,3)
População Total atendida (em milhares de habitantes) ⁽²⁾	9.668	9.394	2,9
- Urbana	8.181	7.956	2,8
- Rural	1.487	1.438	3,4
Mercado			
Área de concessão (km ²)	194.854	194.854	-
Distribuição direta (GWh)	17.523	17.669	(0,8)
Tarifa Média Anual de Fornecimento (R\$/MWh) ⁽³⁾	205,38	180,26	13,9
- Residencial	268,43	251,97	6,5
- Industrial	162,23	128,84	25,9
- Comercial	233,04	212,77	9,5
- Rural	162,40	151,23	7,4
DEC (horas, centesimal de hora) ⁽⁴⁾	13,48	14,03	(3,9)
FEC (Número de interrupções) ⁽⁴⁾	13,51	14,18	(4,7)
Operacionais			
Subestações	231	227	1,8
Redes de distribuição (km) ⁽⁵⁾	165.576	165.576	-
Nº de postes ⁽⁵⁾	2.221.572	2.221.572	-

⁽¹⁾ Fonte ONS, Eletrobras e EPE

⁽²⁾ Estimativa publicada pelo IBGE em 01.07.2005

⁽³⁾ Esta é a tarifa média do ano. Vide a tarifa média de Dezembro no item 3.2.3 - Realinhamento Tarifário

⁽⁴⁾ Vide maiores detalhes no item 3.4 - Qualidade da Energia

⁽⁵⁾ Estes números permanecem inalterados em relação ao ano anterior, em função de que as informações dos ativos de rede e número de postes estão sendo alteradas para o cadastro técnico da rede de distribuição, via geo-processamento, objetivando maior confiabilidade das informações

9. AGRADECIMENTOS

9.1 Mensagem de Agradecimento

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R\$ 187,0 milhões obtidos pela Copel Distribuição neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos ao senhores acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente a nossos empregados por seu empenho e dedicação, que por mais de 51 anos têm transformado a Copel Distribuição numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

Curitiba, 27 de março de 2006.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	RAUL MUNHOZ NETO
Membros:	RONALD THADEU RAVEDUTTI LUIZ ANTONIO ROSSAFA
CONSELHO FISCAL	
Presidente	ANTONIO RYCHETA ARTEN
Membros:	HERON ARZUA NELSON PESSUTI
DIRETORIA	
Diretor Superintendente	RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor Adjunto	ELZIO BATISTA MACHADO
Diretor Adjunto	LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor Adjunto	MARCUS VINICIUS MANFRIN DE OLIVEIRA
CONTADOR	
Contador - CRC-PR-023798/O-0	EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA

As demonstrações contábeis da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 20 de abril de 2006.

9.2 Glossário de Termos Utilizados

AA 1000 – *Accountability* 1000: norma de *accountability* com foco em assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético; norma internacional de certificação em Responsabilidade Social Empresarial – RSE.

Absenteísmo: pode ser definido como o não comparecimento a um trabalho programado. O absenteísmo distingue-se do atraso ou impontualidade, o qual é definido como o não comparecimento no horário programado para um trabalho.

***Accountability*:** a obrigação de prestar contas sobre algo é explicar ou justificar atos e omissões pelos quais alguém é responsável a pessoas com um interesse legítimo. Para impulsionar sua *accountability*, uma organização se responsabiliza pelos seus atos e omissões. Entretanto, adicionalmente a este requerimento de “transparência”, *accountability* também implica uma obrigação mais ampla de pró-atividade e abertura pública. Isto inclui:

a) **Transparência:** que se refere à obrigação de prestar contas àqueles com um interesse legítimo – as partes interessadas na organização – *stakeholders*.

b) **Pró-atividade:** que se refere à responsabilidade da organização por seus atos e omissões, incluindo os processos de tomada de decisão e resultados consequentes a estas decisões. Pró-atividade exige uma responsabilidade em desenvolver os processos e metas da organização para apoiar a melhoria contínua do desempenho da organização.

c) **Conformidade:** que se refere à obrigação de cumprir requerimentos legais, relacionados tanto a políticas organizacionais quanto ao relato de políticas e desempenho.

Ação: título negociável, que representa a menor parcela em que se divide o capital de uma sociedade anônima.

Acionista: aquele que possui ações de uma sociedade anônima.

Acionista majoritário: aquele que detém uma quantidade tal de ações com direito a voto que lhe permite manter o controle acionário de uma sociedade.

Acionista minoritário: aquele que é detentor de uma quantidade não expressiva (em termos de controle acionário) de ações com direito a voto.

Alinhamento: consistência entre planos, processos, ações, informações e decisões para apoiar as estratégias, objetivos e metas globais da organização. O alinhamento eficaz requer o entendimento de conceitos, das estratégias e metas e a utilização de indicadores e informações complementares para possibilitar o planejamento, monitoramento, análise e melhoria nos setores de trabalho, principais processos e na organização como um todo.

Alta direção: abrange os executivos ou líderes de escalões superiores, que compartilham a responsabilidade principal pelo desempenho e pelos resultados da organização.

Análise crítica: verificação profunda e global de um projeto, produto, serviço, processo ou informação com relação a requisitos, objetivando a identificação de problemas e a proposição de soluções.

Anemômetro sônico: Sensor que mede a velocidade e a direção do vento simultaneamente.

Arbitragem: a) Operação na qual um investidor auferir um lucro sem risco, realizando transações simultâneas em dois ou mais mercados. b) Sistemática que possibilita a liquidação física e financeira das operações interpraças, por meio da qual a mesma pessoa, física ou jurídica, atuando no mercado a vista, poderá comprar em uma bolsa e vender em outra, a mesma ação, em iguais quantidades, desde que haja convênio firmado entre as duas bolsas.

Auto-sustentabilidade: capacidade da Companhia de manter-se no mercado de modo competitivo.

Balanco: documento expositivo econômico-financeiro-patrimonial da organização relativo ao seu exercício social, encerrado ao término deste, contendo todos os registros contábeis levantados e formalizando legalmente o encerramento das operações relativas ao período de um ano.

Balanco social: meio de dar transparência às atividades corporativas através de um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental da Companhia. Além disso, é um instrumento que amplia o diálogo com todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona: acionistas, consumidores e clientes, comunidade vizinha, funcionários, fornecedores, governo, organizações não-governamentais, mercado financeiro e a sociedade em geral. Durante sua realização, o balanço social funciona também como uma ferramenta de auto-avaliação, já que dá à Companhia uma visão geral sobre sua gestão e o alinhamento dos valores e objetivos presentes e futuros da Companhia com seus resultados atuais

Balanced Scorecard - BSC: conceito que ajuda a traduzir a estratégia de ação nos negócios. O *Balanced Scorecard* fornece um retrato detalhado de operações de negócio e de uma metodologia que facilite a comunicação e a compreensão de objetivos e de estratégias de negócio em todos os níveis de uma organização.

Benchmarking: É um processo contínuo e sistemático para avaliar, medir e comparar produtos, serviços, processos e funções de Companhias identificadas como "melhores da classe" com a finalidade de melhoria da organização, comparação com os concorrentes, desenvolver objetivos produto e processo e estabelecer prioridades e metas. O processo pode utilizar concorrentes e Companhias de outros setores como parâmetro e/ou observar aspectos de eficiência e procedimentos inter-departamentais ou inter-setoriais. O objetivo do *benchmarking* é a melhoria do desempenho.

Biomassa: A quantidade total de matéria viva de um ecossistema, expressa em massa por unidade de área ou de volume.

Cadeia produtiva: Conjunto de todos os integrantes em um processo produtivo, considerando desde a extração da matéria-prima de um produto até a sua comercialização a um consumidor final. Inclui toda força de trabalho própria, terceirizada e dos fornecedores de bens e serviços.

Câmara de Arbitragem: no Brasil, a Lei n 9.307, de 23/9/1996, consolidou a regulamentação que permite às partes de uma relação jurídica solucionarem, por meio de arbitragem, eventuais conflitos surgidos entre elas.

As Companhias registradas no Novo Mercado ou no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao mercado de capitais pro meio de arbitragem. Desta forma, a Bovespa criou a Câmara de Arbitragem do Mercado, estrutura que conta com um quadro de árbitros capaz de lidar com a complexidade e a especificidade das mais variadas questões técnicas societárias e do mercado de capitais.

Após a adesão à Câmara de Arbitragem do mercado, fica vedado qualquer recurso ao Poder Judiciário para solucionar eventuais conflitos que estejam sob a órbita da Câmara.

C BOND (Front Loaded Interest Reduction with Capitalization Bond) - Bônus de Capitalização: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Durante os primeiros seis anos obedece a uma escala crescente de juros fixos sem spread, e a partir do sétimo ano os juros passam a ser de 8%a.a., havendo uma capitalização da diferença entre as taxas iniciais e essa taxa fixa.

Clima organizacional: conjunto das percepções compartilhadas pelos membros de uma organização com relação ao trabalho, ao ambiente físico profissional, às relações interpessoais e às normas formais que afetam o trabalho.

Código de conduta: tem origem nos valores Companhia e na cultura organizacional que procuram refletir a integridade dos procedimentos da Companhia, atuando como norma máxima, juntamente com o Estatuto, para a tomada de decisões na condução dos negócios da Companhia.

Competência: mobilização de conhecimentos (saber), habilidades (fazer) e atitudes (querer) necessários ao desempenho de atividades ou funções, segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.

Comprometimento: a nível organizacional, refere-se ao grau de responsabilidade, ao apego e lealdade que ocorre entre os empregados e uma organização. Por exemplo, a demanda de competir por meio da alta qualidade exige uma força de trabalho disposta a manifestar motivação, flexibilidade e a crença em produtos e serviços que têm alto desempenho, e o comprometimento deve ajudar a garantir essas características.

Confidencialidade da informação: um dos aspectos relacionados à segurança das informações que trata das garantias necessárias para que a informação seja acessada somente pelas pessoas que estejam autorizadas.

Comunicação: ato de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, quer por meio de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado, sonoro e/ou visual. Por meio da comunicação as organizações e seus membros trocam informações, formam entendimentos, coordenam atividades, exercem influência, socializam-se, além de gerar e manter sistemas de crenças, símbolos e valores.

Conhecimento: é constituído pela tecnologia, pelas políticas, pelos procedimentos, pelas bases de dados e documentos, bem como pelo conjunto de experiências e habilidades das pessoas. É gerado como resultado da análise das informações coletadas pela organização.

CPMF: Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

Core business: Negócio principal de uma companhia; escopo de atividades que asseguram a vantagem competitiva de uma companhia.

Cultura organizacional: padrão básico de crenças, valores, atitudes, premissas e comportamentos compartilhados ao longo do tempo pelos membros de uma organização.

Debênture: título emitido por uma sociedade anônima para captar recursos, visando investimento ou o financiamento de capital de giro.

Debt Conversion Bond - Bônus de Conversão da Dívida: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. É um título ao portador, com taxa de juros flutuantes e é vinculado ao Bônus de Dinheiro Novo, sendo instrumento de opção dos credores que decidirem realizar novos empréstimos ao País.

Desempenho: resultados obtidos dos principais indicadores de processos e de produtos que permitem avaliá-los e compará-los em relação às metas, aos padrões, aos referenciais pertinentes e a outros processos e produtos. Mais comumente, os resultados expressam satisfação, insatisfação, eficiência e eficácia e podem ser apresentados em termos financeiros ou não.

Discount Bond - Bônus de Desconto: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca da dívida antiga por bônus com desconto de 35% sobre seu valor de face.

Diversidade: inclusão de minorias e segmentos sociais discriminados (mulheres, negros, pardos, pessoas com necessidades especiais etc.), em todos os níveis de decisão.

Dividendo: valor distribuído aos acionistas, em dinheiro, na proporção da quantidade de ações possuídas. Normalmente é resultado dos lucros obtidos por uma Companhia no exercício corrente ou em exercícios passados.

Ecosistema: elementos vivos e não-vivos, orgânicos e inorgânicos, que mantêm uma relação de interdependência contínua e estável para formar um todo unificado que realiza trocas de matéria e energia interna e externamente. É considerado como a unidade ecológica. O conjunto de todos os ecossistemas do planeta forma a biosfera, ou seja, a parte do planeta que abriga a vida.

El Bond (Eligible Interest Bond) - Bônus de Juros Atrasados: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca ao par (sem desconto) pela parcela remanescente dos juros não pagos em 1991, 1992 e 1993 até a data de emissão dos novos títulos.

Empregabilidade: em oposição à segurança no emprego, é uma forma de “contrato psicológico” entre empregadores e funcionários. Implica três elementos da relação de trabalho: (a) o funcionário é responsável pelo desenvolvimento das habilidades certas para permanecer empregável dentro e fora da Companhia; (b) o empregador é responsável por propiciar informação, tempo, recursos e oportunidades aos funcionários para que eles possam avaliar e desenvolver as habilidades necessárias; e (c) a relação de trabalho pode ser desfeita se a contribuição ou a aspiração do funcionário não correspondem às necessidades do empregador.

EPE: Empresa de Pesquisa Energética – EPE vinculada ao Ministério de Minas e Energia tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras."

Estratégia: caminho escolhido para posicionar a organização de forma competitiva e garantir sua sobrevivência no longo prazo, com a subsequente definição de atividades e competências inter-relacionadas para entregar valor de maneira diferenciada às partes interessadas. Conjunto de decisões que orientam a definição das ações a serem tomadas pela organização. As estratégias podem conduzir a novos produtos, novos mercados, crescimento das receitas, redução de custos, aquisições, fusões e novas alianças ou parcerias.

Estrutura organizacional: estrutura que divide o trabalho da Companhia em tarefas especializadas, designa essas tarefas a pessoas e departamentos, e as coordena definindo laços formais entre pessoas e departamentos, pelo estabelecimento de linhas de autoridade e comunicação.

Excelência: situação excepcional da gestão e dos resultados obtidos pela organização, alcançada por meio da prática continuada dos fundamentos do modelo sistêmico.

Expertise: competência ou qualidade de especialista; conjunto de habilidades e conhecimento a respeito de um determinado assunto, apropriação do saber técnico acumulado.

Fitch - Fitch Ratings: Agência internacional de classificação de risco de crédito.

FLIRB (Front Loaded Interest Reduction) - Bônus de Redução Temporária dos Juros: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Obedece a uma escala crescente de juros fixos nos primeiros seis anos e a partir do sétimo ano os juros passam a ser flutuantes.

Força de trabalho: pessoas que compõem uma organização e que contribuem para a consecução das suas estratégias, dos seus objetivos e das suas metas, tais como: empregados em tempo integral ou parcial, temporários, estagiários, autônomos e contratados de terceiros que trabalham sob a coordenação direta da organização.

Fornecedor: qualquer organização que forneça bens e serviços. A utilização desses bens e serviços pode ocorrer em qualquer estágio de projeto, produção e utilização dos produtos. Assim, fornecedores podem incluir distribuidores, revendedores, prestadores de serviços terceirizados, transportadores, contratados e franquias, bem como os que suprem a organização com materiais e componentes. São também fornecedores os prestadores de serviços das áreas de saúde, treinamento e educação.

Gestão: a) ato de gerir; administração; gerenciamento; (b) planejamento, organização, liderança, acompanhamento de funções e/ou atividades que fazem parte de uma Companhia.

Global Compact - Pacto Global: declaração elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1999, pela qual as Companhias signatárias se comprometem a seguir os dez princípios de Responsabilidade Social Empresarial.

Global Reporting Initiative - GRI: padrão mundial de relatório anual transparente criado em 1997, que contempla amplamente o impacto econômico, social e ambiental das suas atividades, produtos e serviços, e relata não apenas o desempenho passado, mas aponta para compromissos futuros. O objetivo do GRI é definir linhas diretivas para ajudar as Companhias a desenvolverem relatórios de Responsabilidade Social com comparabilidade internacional.

Governança Corporativa: sistema de gestão pelo qual uma companhia é dirigida e monitorada. As boas práticas de governança são baseadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade para com todas as partes interessadas, com o objetivo de aumentar o valor da companhia e contribuir para a sua perenidade.

GWh - gigawatt/hora: 1.000.000.000 watts de energia ativa consumida em uma hora.

Indicadores: dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saídas (produtos) e o desempenho de processos, produtos e da organização como um todo. Os indicadores são utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo e podem ser classificados em: simples (decorrentes de uma única medição) ou compostos; diretos ou indiretos em relação à característica medida; específicos (atividades ou processos específicos) ou globais (resultados pretendidos pela organização); e direcionadores (*drivers*) ou resultantes (*outcomes*).

Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial: conjunto de cerca de 40 indicadores de Responsabilidade Social Empresarial. Trata-se de uma ferramenta de gestão, pela qual cada Companhia pode se reavaliar, anualmente, quanto ao seu desempenho em RSE e se comparar com os *benchmarks* nacionais obtidos a partir dos dados de outras Companhias que também se auto-avaliaram. Os resultados são confidenciais e os detentores de *benchmarks* não são identificados, para garantir a confidencialidade das informações. É o instrumento de avaliação de várias premiações nacionais importantes, inclusive do Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa.

Índice Beta: Termo analítico usado para comparar o preço de uma ação em relação ao mercado. A comparação é feita entre a ação e o Índice Bovespa, que funciona como ponto de referência com Beta igual a 1. Em resumo, as ações com Beta > 1 são mais arriscadas e as com Beta < 1 são mais seguras e suas oscilações menos pronunciadas.

Inovação: a definição de inovação evoluiu através dos anos, primeiramente, em um foco restrito de introdução de um novo produto no mercado, para uma interpretação mais ampla que inclui mudanças em serviços, marketing (mercado) e sistemas de gerência. Sob esta perspectiva a inovação é a aplicação, em qualquer organização, de novas idéias, sejam relacionadas a produtos, processos, serviços, ou na gerência do sistema e mercado através do qual a organização opera. Do ponto de vista administrativo é definido como o esforço para criar uma mudança proposital e focada, no potencial econômico ou social de uma organização.

Instituto ETHOS de Responsabilidade Social: organização não governamental, fundada em 1998 anos por um grupo de empresários brasileiros, com o objetivo de difundir os conceitos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial, bem como sensibilizar e apoiar outras Companhias para a sua implantação.

Interface GSM: Os dados coletados pela estação são enviados automaticamente para um computador em Curitiba via GSM (celular).

ISO – *International Organization for Standardization* - Organização Internacional de Normalização: organização não governamental, criada em 1947, com a finalidade de estabelecer padrões diferenciados de gerenciamento da qualidade para cada país. Visa facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços e a cooperação no âmbito das atividades intelectuais, científicas, tecnológicas e econômicas.

Joint-venture: forma de aliança inter-Empresarial que objetiva a criação de novo negócio, para atuação em mercados conjugados na comercialização de produtos ou na complementação de projetos de desenvolvimento de produtos. É normalmente estabelecida entre uma Companhia com capital necessário ao financiamento do projeto, e outra que domina as competências técnicas, os contatos comerciais, ou ambos. Nesse sentido, a franquia pode ser considerada como espécie de *joint-venture*.

kV - quilovolt: 1.000 volts

kW – quilowatt: 1.000 watts (potência ativa)

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits

MCSD exant – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits que ocorre mensalmente, antes da realização do mercado, previsto pelo Decreto 5.163/2004.

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits que ocorre anualmente, após a realização do mercado.

Missão: razão de ser de uma organização, as necessidades sociais a que ela atende e seu foco fundamental de atividades. Elemento importante no estabelecimento da estratégia da organização. A missão precisa ser difundida por toda a Companhia.

Moody's - Moody's Investors Service: Agência internacional de classificação de risco de crédito.

MVA - mega volt ampère: 1.000.000 watts de potência aparente.

MW – megawatt: 1.000.000 watts (potência ativa).

New Money Bond - Bônus de Dinheiro Novo: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Esse ativo tem prazo de quinze anos, incluindo sete de carência, e rende juros flutuantes de mercado.

Oficina - *Workshop*: seminário ou curso intensivo, de curta duração, em que técnicas, habilidades, saberes, artes etc. são demonstrados e aplicados. Reunião de grupos de trabalho interessados em determinado projeto ou atividade para discussão e/ou apresentação prática do referido projeto ou atividade.

Organização não governamental ou Terceiro Setor – ONG: associação sem fins lucrativos que se dedica a ações relacionadas com a solidariedade social, a cooperação e o desenvolvimento, o auxílio a refugiados, a alfabetização e o planejamento familiar, a defesa do: patrimônio, ambiente, direitos da mulher.

Padronização: implementação de procedimentos uniformes e conscientes para a realização de tarefas; processo de classificação, ordenação, homogeneização e fixação de atividades, práticas e tecnologias segundo regras previamente estabelecidas.

Parceria: estágio de relacionamento especial e estreito entre duas organizações obtido em função de fatores e razões diversas. As parcerias objetivam o fortalecimento das relações com os clientes ou com os fornecedores. No primeiro caso, os fatores ou razões podem incluir melhor possibilidade do conhecimento dos requisitos e necessidades do cliente e, no segundo caso, o volume de negócios entre a organização e o fornecedor, grau de dependência da organização em relação ao fornecedor, criticidade do produto ou serviço oferecido pelo fornecedor.

Partes interessadas - stakeholders: todos os intervenientes na produção da Companhia e todos aqueles sobre os quais ela tem de alguma forma uma repercussão. São todos os “atores” da Companhia (colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, administradores), os “observadores” (o Estado, os sindicatos, as instituições, as mídias) e a sociedade civil (coletividades e associações da região onde está implantada a Companhia).

Par Bond - Bônus ao Par: Bônus de emissão do governo brasileiro utilizado na troca da dívida de responsabilidade do setor público em 15.04.1994 ao amparo do acordo da dívida externa. Envolve a troca ao par (sem desconto) da dívida antiga por bônus de juros fixos, com amortização única no final do trigésimo ano.

Patente: título de propriedade temporária sobre invenção/inação, modelo de utilidade ou desenho industrial, outorgado pelo Estado ao intencor, autor, pessoa física ou jurídica detentora de direitos sobre a criação. A patente confere ao seu titular uma situação legal, pela qual a invenção/inação patenteada pode ser explorada (fabricada, importada, vendida e usada), com autorização do titular.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D: atividades de natureza criativa ou empreendedora, desenvolvidas sistematicamente com vistas à geração de novos conhecimentos ou aplicação inovadora de conhecimento existente, inclusive para investigação de novas aplicações.

pH: Índice químico que identifica a acidez ou alcalinidade.

Planejamento: estratégia organizacional que envolve - (1) opção pelo cumprimento de determinada tarefa e conseqüente definição de objetivos gerais de curto e longo prazo; (2) definição de objetivos específicos para superintendências, áreas, equipes e funcionários (3) seleção de estratégias, e (4) alocação de recursos humanos, de equipamentos, tecnológicos, financeiros e outros.

Planejamento estratégico: processo de desenvolvimento e análise do propósito e da filosofia da Companhia, definição de objetivos gerais, das estratégias a serem utilizadas em prazo previamente definido, e da forma de alocação dos recursos.

Planos de ação: principais propulsores organizacionais, resultantes do desdobramento das estratégias de curto e longo prazos. De maneira geral, os planos de ação são estabelecidos para realizar aquilo que a organização deve fazer bem feito para que sua estratégia seja bem sucedida. O desenvolvimento dos planos de ação é de fundamental importância no processo de planejamento para que os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas sejam entendidas e desdobradas para toda a organização. O desdobramento dos planos de ação requer uma análise do montante de recursos necessários e a criação de medidas de alinhamento para todas as unidades de trabalho. O desdobramento pode também exigir a capacitação de alguns ou o recrutamento de novas pessoas.

Princípio da Precaução: A Declaração do Rio, no seu artigo 15 diz: “Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaças de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” . – levar para glossário

Processo: conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas que transformam insumos (entradas) em produtos (saídas). Essa transformação deve agregar valor na percepção dos clientes do processo e exige um certo conjunto de recursos. Os recursos podem incluir pessoal, finanças, instalações, equipamentos, métodos e técnicas, numa seqüência de etapas ou ações sistemáticas. O processo poderá exigir que a seqüência de etapas seja documentada por meio de especificações, de procedimentos e de instruções de trabalho, bem como que as etapas de medição e controle sejam adequadamente definidas.

Produtividade: eficiência na utilização dos recursos; relação entre a quantidade ou valor produzido e a quantidade ou o valor dos insumos aplicados à produção; rendimento

Qualidade: totalidade de características de uma entidade (atividade ou um processo, um produto, uma organização ou uma combinação destes), que lhe confere a capacidade de satisfazer as necessidades explícitas e implícitas dos clientes. Neste caso a entidade pode ser uma atividade ou um processo, um produto, uma organização ou uma combinação desses.

Rating: Opinião sobre risco relativo baseado na capacidade e vontade do emissor para pagar completamente e no prazo acordado, principal e juros durante o período de vigência do instrumento de dívida e também baseado na severidade da perda, em caso de inadimplência.

Reciclagem: processo através do qual um determinado material retorna ao seu ciclo de produção, após já ter sido utilizado e descartado, para que novamente possa ser transformado em um bem de consumo, assim economizando energia e preservando os recursos naturais e o meio ambiente.

Recurso renovável: bens naturais destinados às múltiplas atividades dos seres humanos e cuja disponibilidade futura é reversível com o uso, sempre que se utilize técnicas de manejo em que a taxa de consumo não exceda a capacidade de carga do meio. Um recurso renovável pode se auto-renovar a nível constante, porque se recicla rapidamente (água) ou porque está vivo e pode propagar-se ou ser propagado (organismos e ecossistemas).

Resíduo: qualquer material gasoso, líquido ou sólido, que sobra de um processo de produção, transformação, extração de recursos naturais, execução ou consumo de produtos e serviços.

Resolução CONAMA nº 357/2005: Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Responsabilidade Social Empresarial – RSE: forma de conduzir os negócios que torna a Companhia parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A Companhia socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários. (FIEMG) “A responsabilidade social é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da Companhia com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas Companhia-riais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.” (Instituto Ethos)

SI – Subsidiária Integral: Empresa cujo capital pertence integralmente a outra empresa.

Stakeholders – ver partes interessadas

Sustentabilidade: compatibilização da exploração de recursos com volume de investimentos orientados para o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais tendo em vista a responsabilidade ambiental do setor produtivo. Condução dos negócios e uso de recursos naturais considerando o direito à vida das gerações futuras.

TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição: Tarifa estabelecida pela Aneel, destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição em determinado ponto de conexão ao sistema.

V – volt: é a medida das tensões. a energia que dimensiona as cargas elétricas

Valor agregado: procedimento através do qual uma Companhia adquire e melhora produto ou serviço antes de oferecê-lo a seus clientes, conhecimento embutido num produto, serviço ou processo.

Visão: é a ideologia básica da empresa e sua visão de futuro. São metas específicas e planejáveis. É a imagem corporativa futura desejável, relacionada com o cliente, a equipe e o acionista/mantenedor.

W - watt: potência, energia. Potência desenvolvida quando se realiza, de maneira contínua e uniforme, o trabalho de 1 joule em 1 segundo

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial - Ativo

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2005	2004
Circulante			
Disponibilidades	4	332.272	61.698
Consumidores e revendedores	5	799.415	735.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(77.847)	(85.157)
Serviços executados para terceiros, líquidos	7	67	241
Serviços em curso		3.584	406
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná	8	31.803	29.459
Impostos e contribuições sociais a compensar	9	97.789	64.552
Conta de compensação da "parcela A"	10	128.187	197.162
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	11	30.000	-
Cauções e depósitos vinculados	12	21.199	4.310
Almoxarifado		21.371	18.162
Outros créditos	13	15.491	8.652
		1.403.331	1.035.002
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores e revendedores	5	73.094	73.124
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	1.150.464	1.167.945
Impostos e contribuições sociais	9	268.318	288.582
Depósitos judiciais	22	59.805	45.003
Conta de compensação da "parcela A"	10	8.559	111.246
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	11	32.680	61.247
Cauções e depósitos vinculados	12	21.397	21.381
Outros créditos	13	9.072	15.164
		1.623.389	1.783.692
Permanente			
Investimentos		419	404
Imobilizado	14	1.098.837	1.095.254
		1.099.256	1.095.658
Total do Ativo		4.125.976	3.914.352

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2005	2004
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	20.794	22.375
Debêntures	16	57.220	156.620
Fornecedores	17	432.295	466.185
Impostos e contribuições sociais	9	197.481	203.474
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	18	67.213	50.975
Benefícios pós-emprego	19	74.800	70.601
Conta de compensação da "parcela A"	10	65.664	-
Taxas regulamentares	20	24.111	47.018
Outras contas a pagar	21	86.352	19.468
		1.025.930	1.036.716
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	15	102.091	131.296
Debêntures	16	562.902	457.407
Provisões para contingências	22	98.168	120.133
Dívidas com pessoas ligadas		173.944	171.388
Fornecedores	17	284.903	239.774
Impostos e contribuições sociais	9	24.562	64.933
Benefícios pós-emprego	19	296.058	322.562
Conta de compensação da "parcela A"	10	24.912	-
		1.567.540	1.507.493
Patrimônio Líquido			
Capital social	23	1.607.168	1.607.168
Prejuízos Acumulados		(74.662)	(237.025)
		1.532.506	1.370.143
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.125.976	3.914.352

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2005	2004
Receita Operacional	24		
Fornecimento de energia elétrica		5.181.156	4.571.013
Suprimento de energia elétrica		128.330	174.962
Disponibilidade da rede elétrica		133.792	80.526
Outras receitas operacionais		62.486	63.439
		5.505.764	4.889.940
Deduções da Receita Operacional	25	(1.720.759)	(1.459.364)
Receita Operacional Líquida		3.785.005	3.430.576
Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	26	(1.723.028)	(1.589.304)
Encargos de uso da rede elétrica		(627.042)	(468.050)
Transporte de potência de energia elétrica		(28.724)	(21.547)
		(2.378.794)	(2.078.901)
Custo de operação			
Pessoal	29	(288.277)	(233.667)
Planos previdenciário e assistencial	30	(52.577)	(69.940)
Material		(37.819)	(30.637)
Serviços de terceiros		(71.605)	(72.764)
Depreciação e amortização		(140.189)	(131.092)
Tributos		(1.668)	(1.876)
Outros custos de operação	28	4.430	6.591
		(587.705)	(533.385)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	29	(412)	(1.793)
Planos previdenciário e assistencial	30	-	(538)
Material		(1.319)	(1.002)
Serviços de terceiros		(938)	(6.152)
Tributos		-	(1)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	28	(13)	(531)
		(2.682)	(10.017)
		(2.969.181)	(2.622.303)
Lucro Operacional Bruto		815.824	808.273
Despesas Operacionais	27 e 28		
Despesas com vendas		(34.892)	(77.432)
Despesas gerais e administrativas		(185.025)	(296.812)
Outras despesas operacionais		(420.263)	(302.569)
		(640.180)	(676.813)
Resultado do Serviço		175.644	131.460
Resultado Financeiro	31		
Receitas financeiras		239.093	347.402
Despesas financeiras		(129.323)	(141.326)
		109.770	206.076
Lucro Operacional		285.414	337.536
Resultado Não Operacional	32	(10.494)	(6.291)
Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social		274.920	331.245
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda		(64.311)	(91.100)
Contribuição social		(23.606)	(33.153)
Lucro Líquido do Exercício		187.003	206.992
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		116,3556	128,7930

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2003	1.607.168	(444.017)	1.163.151
Lucro líquido do exercício	-	206.992	206.992
Saldo em 31 de dezembro de 2004	1.607.168	(237.025)	1.370.143
Ajuste de exercícios anteriores - NE 21.a	-	(24.640)	(24.640)
Lucro líquido do exercício	-	187.003	187.003
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.607.168	(74.662)	1.532.506

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	187.003	206.992
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	152.287	142.275
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(22.502)	(98.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.504)	4.220
Provisões no exigível a longo prazo	145.749	75.822
Baixas de realizáveis a longo prazo	-	68.189
Baixas de investimentos	-	3
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	16.816	11.718
	273.846	203.578
	460.849	410.570
De terceiros		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	-	25.000
Fornecedores (Copel Geração) - reclassificação do circulante	109.451	-
Controladora e coligadas	2.556	28.179
Contribuições do consumidor	39.675	47.924
Empréstimos e financiamentos	2.155	25.412
Debêntures	100.000	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	12.146	11.727
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	31.772	24.214
ICMS a recuperar	380	17.903
Conta de compensação da "parcela A"	101.933	205.231
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	50.712	-
Outros ativos	305	-
	451.085	385.590
Da redução do capital circulante líquido	-	52.476
TOTAL DAS ORIGENS	911.934	848.636

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

A NE nº 36 apresenta o detalhamento desta demonstração contábil.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	2005	2004
APLICAÇÕES		
No imobilizado	241.114	233.808
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	10.706	1.859
Repasse CRC ao Gov. Estado do Paraná - reclassificação do circulante	-	170.149
Impostos e contribuições sociais a compensar	1.982	1.987
Depósitos judiciais	14.802	19.953
Conta de compensação da "parcela A"	13.884	111.937
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	22.145	61.247
Outros ativos	936	-
	64.455	367.132
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	18.888	22.708
Debêntures	-	100.000
Fornecedores	64.321	32.227
Benefícios pós-emprego	75.784	91.154
Conta de compensação da "parcela A"	28.767	-
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	38.797	-
Contingências judiciais	693	1.607
	227.250	247.696
No aumento do capital circulante líquido	379.115	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	911.934	848.636
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial	1.035.002	927.229
Passivo circulante inicial	1.036.716	876.467
Capital circulante líquido inicial	(1.714)	50.762
Ativo circulante final	1.403.331	1.035.002
Passivo circulante final	1.025.930	1.036.716
Capital circulante líquido final	377.401	(1.714)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	379.115	(52.476)

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

A NE nº 36 apresenta o detalhamento desta demonstração contábil.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2005	2004
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas	24	5.505.764	4.889.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27	(21.807)	(65.418)
Resultado não operacional	32	(10.494)	(6.291)
Total		5.473.463	4.818.231
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	26	1.723.028	1.589.304
Encargos de uso da rede elétrica e transporte		655.766	489.597
Material, insumos e serviços de terceiros		201.156	195.010
Encargos de capacidade emergencial	25	82.404	137.243
Outros insumos		38.509	118.173
Total		2.700.863	2.529.327
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		2.772.600	2.288.904
(-) Depreciação e amortização	-	152.287	142.275
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.620.313	2.146.629
(+) Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras	31	241.787	357.486
Total		241.787	357.486
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		2.862.100	2.504.115

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE	2005	%	2004	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações	29	258.565		213.936	
Planos previdenciário e assistencial	30	64.443		83.475	
Auxílio alimentação e educação	29	25.372		21.519	
Encargos sociais - FGTS	29	19.899		16.377	
Indenizações trabalhistas	29	1.694		1.807	
Participação nos lucros e/ou resultados	29	21.021		11.170	
Transferências para imobilizado em curso	29	(27.382)		(14.981)	
Total		363.612	12,7	333.303	13,3
Governo					
Impostos Federais:					
Encargos sociais - INSS	29	67.755		55.749	
Imposto de renda e contribuição social	34	87.917		124.253	
Pasep	25	54.843		30.868	
Cofins	25	244.864		132.532	
Taxas regulamentares		357.743		293.827	
RGR	25	14.853		24.838	
CPMF e IOF	31	22.555		18.800	
Provisão para tributos federais	31	-		4.500	
Tributos s/ rec. financeira (Pasep/Cofins)	31	-		10.084	
Outros Tributos		15.985		4.814	
Impostos Estaduais e Municipais:					
ICMS	25	1.323.791		1.133.883	
ISSQN	25	4		-	
Total		2.190.310	76,6	1.834.148	73,2
Financiadores					
Juros e variações monetárias	31	109.462		118.026	
Aluguéis		11.713		11.646	
Total		121.175	4,2	129.672	5,2
Acionistas					
Lucros retidos		187.003		206.992	
Total		187.003	6,5	206.992	8,3
		2.862.100	100,0	2.504.115	100,0
Valor Adicionado (médio) por empregado		551		539	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %		186,8		182,8	
Taxa de geração de riqueza - %		69,4		64,0	
Taxa de retenção de riqueza - %		6,5		8,3	

As notas explicativas da administração - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado).

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Companhia) é uma sociedade por ações, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a explorar a distribuição e a comercialização de energia elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica em 392 dos 399 municípios do Estado do Paraná, atendendo a 98% dos consumidores do Estado, bem como ao município de Porto União/SC. Tais atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Copel Distribuição S.A. detém concessão para a distribuição de energia elétrica válida até o ano de 2015.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento aos ditames contidos no Ofício-circular Aneel/SFF n.º 2218, de 23.12.2005.

As principais reclassificações realizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31.12.2004 estão relacionadas a seguir:

De		Para		Valor
AC	Consumidores e revendedores	RLP	Consumidores e revendedores	43.782
AC	Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	AC	Outros créditos	(638)
AC	Outros créditos	AC	Cauções e depósitos vinculados	4.310
RLP	Outros créditos	RLP	Ativo regulatório - Pasep/Cofins	61.247
RLP	Outros créditos	RLP	Cauções e depósitos vinculados	21.381
DRE	Pessoal ⁽¹⁾	DRE	Outras despesas operacionais	(23.910)
DRE	Outros custos de operação	DRE	Tributos	1.876
DRE	Outros custos dos serv. Prestados	DRE	Tributos	1

AC = Ativo circulante

PC = Passivo circulante

RLP = Ativo realizável a longo prazo

DRE = Demonstração do resultado

AP = Ativo permanente

⁽¹⁾ Reversão de provisões para contingências trabalhistas

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005.

b) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados como base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

d) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel n.º 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel n.º 44, de 17.03.1999, apresentadas na nota 14d.

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo exigível a longo prazo, estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

Os encargos financeiros, os juros e efeitos inflacionários incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

f) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

g) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social, reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

h) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000.

i) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na nota 22.

j) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

k) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e premissas que de fato afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que são reconhecidas com base nas estimativas e o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

l) Diferimentos de custos do setor

A estrutura de definição das tarifas no Brasil está projetada para fornecer a recuperação dos custos permitidos da Companhia. Dessa forma, e seguindo orientação da Aneel, a Companhia capitaliza as variações de custos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando existe uma expectativa provável de que a receita futura equivalente aos custos incorridos será faturada e cobrada como resultado direto da inclusão dos custos em uma tarifa ajustada, definida pela agência reguladora. O ativo regulatório diferido será eliminado quando o poder concedente autorizar sua inclusão na base tarifária da Companhia.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

n) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

4 DISPONIBILIDADES

				2005	2004
Caixa e bancos				72.423	27.874
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	21/12/05	99,50% CDI	-	8.343
Banco do Brasil	CDB	24/11/06	100,00% CDI	-	184
Banco do Brasil	CDB	25/10/06	99,00% CDI	-	183
Banco do Brasil	CDB	11/12/06	100,00% CDI	-	5.849
Banco do Brasil	CDB	18/12/06	100,00% CDI	-	5.960
Banco do Brasil	CDB	21/12/06	99,50% CDI	-	-
Banco do Brasil	CDB	27/08/07	100,00% CDI	1.701	-
Banco do Brasil	CDB	27/08/07	100,00% CDI	19.416	-
Banco do Brasil	CDB	29/08/07	100,00% CDI	12.563	-
Banco do Brasil	CDB	14/09/07	100,00% CDI	11.406	-
Banco do Brasil	CDB	19/09/07	100,00% CDI	7.562	-
Banco do Brasil	CDB	19/09/07	100,00% CDI	9.866	-
Banco do Brasil	CDB	20/09/07	100,00% CDI	9.126	-
Banco do Brasil	CDB	21/09/07	100,00% CDI	11.530	-
Banco do Brasil	CDB	26/09/07	100,00% CDI	14.120	-
Banco do Brasil	CDB	21/12/07	100,00% CDI	2.813	-
Banco do Brasil	CDB	08/08/08	100,00% CDI	-	-
Banco do Brasil	CDB	03/12/10	100,00% CDI	8.705	-
Bradesco	CDB	25/11/05	99,50% CDI	-	3.146
Bradesco	CDB	23/05/07	99,50% CDI	-	-
Bradesco	CDB	09/12/07	99,50% CDI	-	-
Caixa Econômica Federal	CDB	18/01/06	99,50% CDI	12.010	-
Caixa Econômica Federal	CDB	15/12/06	99,00% CDI	-	10.159
Caixa Econômica Federal	CDB	28/09/07	99,00% CDI	5.218	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	29/10/07	99,6% Selic	30.880	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	19/11/07	99,6% Selic	8.159	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	14/12/07	99,6% Selic	20.348	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	18/12/07	99,6% Selic	15.241	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	03/01/08	99,6% Selic	32.251	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	09/01/08	99,6% Selic	5.026	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	10/01/08	99,6% Selic	7.031	-
Caixa Econômica Federal	CDB SELIC	15/01/08	99,6% Selic	14.877	-
				259.849	33.824
				332.272	61.698

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa (títulos públicos federais), com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras em bancos privados referem-se, em parte, à obrigações dispostas em Resoluções da Aneel (Resoluções n.º 552/2002 e n.º 23/2003) que regulamentam os aportes de garantias financeiras, nas operações realizadas de compra e venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

5 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	2005	Total 2004
Consumidores					
Residencial	86.640	65.711	3.078	155.429	132.083
Industrial	69.100	26.752	30.661	126.513	110.700
Comercial	52.869	23.888	2.433	79.190	66.653
Rural	11.425	5.068	251	16.744	13.403
Poder público	23.015	7.951	23.434	54.400	69.052
Iluminação pública	12.336	1.834	684	14.854	14.810
Serviço público	10.548	748	60	11.356	9.579
Não faturados	135.157	-	-	135.157	126.570
Parcelamento de débitos vencidos	48.643	9.294	6.722	64.659	50.434
Parcelamento de débitos vencidos - RLP	73.091	-	-	73.091	73.124
Enc. de capac. emergencial (a)	2.419	1.603	4.011	8.033	18.863
Tarifa social baixa renda (b)	6.325	6.458	-	12.783	12.394
Governo do Paraná - luz fraterna	2.377	8.229	16.746	27.352	33.582
Aluguel de equip. e estruturas	3.249	650	27.308	31.206	31.254
Outros créditos	7.424	8.624	11.388	27.436	14.845
Outros créditos - RLP	3	-	-	3	-
	544.621	166.810	126.776	838.206	777.346
Revendedores					
Suprimento					
Suprimento curto prazo	-	-	25	25	50
Suprimento - CCEE (nota 33)	3.516	-	-	3.516	4.071
Contratos iniciais	4.429	-	-	4.429	4.522
Contratos bilaterais	1.184	-	-	1.184	9.593
	9.129	-	25	9.154	18.236
Sistema de Distribuição					
Rede elétrica	9.616	2.435	13.098	25.149	13.059
	9.616	2.435	13.098	25.149	13.059
	563.366	169.245	139.899	872.509	808.641
2005 Circulante	490.272	169.245	139.899	799.415	
Realizável a longo prazo - RLP	73.094	-	-	73.094	
2004 Circulante	455.956	144.017	135.544	735.517	735.517
Realizável a longo prazo - RLP	73.124	-	-	73.124	73.124

a) Encargos de capacidade emergencial

A Lei n.º 10.438, de 26.04.2002, determina que os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh), e a contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, sejam rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, constituindo adicional tarifário específico.

A última tarifa, de R\$ 0,0035/kWh (Resolução Aneel n.º 138, em vigor de 20.07.2005 a 22.12.2005), foi aplicada proporcionalmente nos faturamentos com leitura até 22.01.2006, de acordo com a Resolução Aneel n.º 204/2005, que extinguiu a cobrança daquele encargo a partir de 23.12.2005.

Nesse sentido, os valores faturados e repassados à CBEE, como encargo tarifário durante o exercício de 2005 foram de R\$ 82.295 e R\$ 84.705, respectivamente (R\$ 136.498 e R\$ 128.137, em 2004).

O encargo é repassado à CBEE quando do efetivo recebimento pela Companhia.

b) Tarifa social baixa renda

O Governo Federal, através da Lei n.º 10.438, de 26.04.2002, estabeleceu a isenção do rateio dos custos de capacidade de geração ou de potência para os consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda. Esse benefício tarifário ocasionou significativo impacto na receita operacional da Companhia.

As Resoluções Aneel n.º s 246, de 30.04.2002, e 485, de 29.08.2002, estabeleceram as condições para o enquadramento de consumidores na subclasse residencial baixa renda; a primeira para consumidores com consumo mensal inferior a 80 kWh e a segunda para os de consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

O Decreto Presidencial n.º 4.336, de 15.08.2002, autorizou a Eletrobrás a utilizar recursos da Reserva Global de Reversão - RGR para financiamento às concessionárias como compensação pela redução de receita ocorrida pela aplicação da tarifa social aos consumidores de baixa renda.

Através da Resolução n.º 491, de 30.08.2002, a Aneel divulgou os procedimentos, condições e prazos para homologação dos valores que serviram de base para a contratação dos financiamentos junto à Eletrobrás.

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei n.º 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos da Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da RGR.

A Resolução n.º 41, de 31.01.2003, estabeleceu a metodologia para cálculo da diferença de receita das concessionárias. A Resolução n.º 41 foi seguida pela Resolução n.º 116, de 19.03.2003, que definiu os procedimentos para solicitação e homologação dos recursos da subvenção econômica.

Finalmente, em 25.10.2004, a Aneel divulgou a Resolução Normativa n.º 089/2004, estabelecendo nova metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. A mesma Resolução também determinou, em seu artigo 4º, o recálculo dos valores das diferenças mensais de receita desde maio de 2002.

6 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas contidas no Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da Aneel. Após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Consolidado	Adições ⁽¹⁾	Baixas	
	2004			2005
Consumidores e revendedores				
Residencial	32.060	52	(16.859)	15.253
Industrial	10.526	6.650	(5.271)	11.905
Comercial	26.298	8.483	(6.497)	28.284
Rural	20	465	(460)	25
Poder público	15.581	6.633	-	22.214
Iluminação pública	591	(456)	-	135
Serviço público	81	42	(92)	31
	85.157	21.869	(29.179)	77.847

⁽¹⁾ Líquidas das Reversões

7 SERVIÇOS EXECUTADOS PARA TERCEIROS, LÍQUIDOS

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		Total
				2005	2004
Serviços executados p/ terceiros	39	26	41	106	281
Prov. p/ créd. liquidação duvidosa	-	-	(39)	(39)	(40)
	39	26	2	67	241

8 REPASSE CRC AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Mediante contrato firmado em 04.08.1994 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI e juros de 6,65% ao ano. Em 1º.10.1997, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.10.1997 e a última em 30.03.2025, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

O Governo do Estado do Paraná, em 19.03.2003, formulou ao Ministério da Fazenda solicitação de aprovação de pedido de federalização do crédito de CRC da Companhia, o qual foi enviado à Secretaria do Tesouro Nacional - STN para avaliação, sem resposta até a presente data.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004 da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subseqüentes e consecutivos.

No valor renegociado, além das parcelas vincendas, estão incluídos o saldo da parcela vencida em fevereiro de 2003 e as parcelas vencidas de março de 2003 a dezembro de 2004, corrigidos pelo IGP-DI e acrescidos de juros de 1% a.m.. As demais cláusulas do contrato original foram mantidas.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

A mutação no exercício de 2005 da conta Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná é a seguinte:

Saldos	Circulante	Longo prazo	Total
Em 31 de dezembro de 2004	29.459	1.167.945	1.197.404
Encargos	76.443	-	76.443
Varição monetária	31	14.291	14.322
Transferências	31.772	(31.772)	-
Amortizações	(105.902)	-	(105.902)
Em 31 de dezembro de 2005	31.803	1.150.464	1.182.267

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2005	2004
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL antecipados e a compensar	48.605	23.291
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	2.971	2.475
Déficit previdenciário - plano III	3.289	3.103
Adições temporárias	12.693	-
Refis	20.089	20.089
ICMS a recuperar	10.142	15.594
	97.789	64.552
Ativo realizável a longo prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
Déficit previdenciário - plano III	59.385	62.674
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	36.199	39.225
Adições temporárias	83.639	46.283
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	56.333	113.723
ICMS a recuperar	22.220	20.619
ICMS liminar para depósito judicial	10.531	6.058
Pasep/Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	11	-
	268.318	288.582
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
CVA	37.695	66.808
Exclusões temporárias	10.206	-
Imposto de renda retido na fonte	216	374
ICMS a recolher	127.109	126.860
Pasep e Cofins a recolher	21.582	8.766
Outros tributos	673	666
	197.481	203.474
Passivo exigível a longo prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre: (a)		
CVA	2.910	38.051
Ativo regulatório Pasep/Cofins	11.111	20.824
ICMS liminar para depósito judicial	10.531	6.058
Pasep/Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	10	-
	24.562	64.933

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e a contribuição social calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2005
Ativo circulante	
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	2.971
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	3.289
Adições temporárias	12.693
Ativo realizável a longo prazo	
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	59.385
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	36.199
IRPJ/CSLL sobre adições temporárias	83.639
IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	56.333
(-) Passivo circulante	
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA	37.695
IRPJ/CSLL sobre exclusões temporárias	10.206
(-) Passivo exigível a longo prazo	
IRPJ/CSLL sobre diferimento da CVA	2.910
IRPJ/CSLL sobre ativo regulatório Pasep/Cofins	11.111
	192.587

Em cumprimento à Instrução CVM n.º 371, de 27.06.2002, a expectativa de geração de base de cálculo positiva em montante suficiente para realização dos créditos fiscais, contabilizados pela Companhia com base em estudos submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2005	10.180	72.814	-
2006	-	-	112.788
2007	-	-	15.233
2008	-	-	10.651
2009	-	-	7.380
2010	-	-	7.615
Após 2010	-	-	38.920
	10.180	72.814	192.587

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2006.

10 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA “PARCELA A”

A Portaria Interministerial n.º 25, de 24.01.2002, dos Ministros da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu que fossem registradas na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados dos seguintes itens de custo da “Parcela A”: tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos; e Encargos dos Serviços do Sistema - ESS.

Posteriormente, as Portarias Interministeriais n.º 116, de 04.04.2003, e n.º 361, de 26.11.2004, incluíram novos itens, como a quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, os custos de aquisição de energia elétrica e as quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia - Proinfa.

Em junho de 2005, a Aneel autorizou à Copel Distribuição reajuste médio de 7,80%. Deste percentual, 5,99% corresponderam aos valores considerados por aquele Órgão, decorrentes dos cálculos de variações de custos da parcela A - CVA, 3,06% a ajustes financeiros provenientes do ativo regulatório Pasep/Cofins e de custos adicionais da conexão complementar e 1,25% ao reajuste tarifário negativo no período.

As parcelas referentes ao reajuste de 2003, 2004 e 2005 serão realizadas durante o primeiro semestre de 2006, conforme valores repassados às tarifas, reconhecidos pela Resolução Homologatória Aneel n.º 130, de 20.06.2005.

A composição dos saldos da Conta de Compensação "Parcela A" -CVA é a seguinte:

Ativo	Circulante		Realizável a longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
CVA recuperável reajuste tarifário 2003				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	22.712	45.425	-	22.712
Transporte de energia comprada (Itaipu)	321	641	-	321
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	11.011	22.022	-	11.011
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.300	16.600	-	8.300
Encargos de serviços de sistema - ESS	5.980	11.960	-	5.980
	48.324	96.648	-	48.324
CVA recuperável reajuste tarifário 2004				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	3.967	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	2.415	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	41.885	40.154	-	40.154
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	7.603	-	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	-	14.680	-	-
Conta de consumo de combustível - CCC	-	8.927	-	-
	41.885	77.746	-	40.154
CVA recuperável reajuste tarifário 2005				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	(3.525)	-	(3.525)
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.086	918	-	918
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	15.689	20.271	-	20.271
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.991	(535)	-	(535)
Encargos de serviços de sistema - ESS	3.267	1.586	-	1.586
Conta de consumo de combustível - CCC	4.386	4.053	-	4.053
	29.419	22.768	-	22.768
CVA recuperável reajuste tarifário 2006				
Transporte de energia comprada (Itaipu)	910	-	910	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	854	-	854	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.617	-	1.617	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	598	-	598	-
Conta de consumo de combustível - CCC	4.580	-	4.580	-
	8.559	-	8.559	-
	128.187	197.162	8.559	111.246

Passivo	Circulante		Exigível a longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
CVA compensável reajuste tarifário 2005				
Energia elétrica comprada p/ revenda:				
Leilão	16.565	-	-	-
Cien	7.239	-	-	-
Itiquira	(370)	-	-	-
Itaipu	17.318	-	-	-
	40.752	-	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/ revenda:				
Leilão	14.556	-	14.556	-
Cien	5.752	-	5.752	-
Itiquira	(7.557)	-	(7.557)	-
Itaipu	12.161	-	12.161	-
	24.912	-	24.912	-
	65.664	-	24.912	-

A movimentação dos saldos de diferimento de custos tarifários atualizados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic apresenta-se como segue:

	Saldo	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo
	2004					2005
Ativo						
Energia elét. comprada p/ revenda (Itaipu)	67.254	(27.804)	(60.009)	8.635	34.636	22.712
Transporte de energia comprada (Itaipu)	5.208	2.011	(4.820)	828	-	3.227
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	153.746	(8.794)	(90.037)	15.378	-	70.293
Conta de desenv. energético - CDE	29.527	15.531	(34.665)	6.132	-	16.525
Encargos de serviços de sistema - ESS	35.635	4.364	(35.480)	5.924	-	10.443
Conta de consumo de combustível - CCC	17.038	8.551	(15.349)	3.306	-	13.546
	308.408	(6.141)	(240.360)	40.203	34.636	136.746
Passivo						
Energia elétrica comprada p/ revenda:						
Leilão	-	58.867	(18.168)	4.978	-	45.677
Cien	-	25.023	(7.940)	1.660	-	18.743
Itiquira	-	(15.013)	404	(875)	-	(15.484)
Itaipu	-	22.661	(18.990)	3.333	34.636	41.640
	-	91.538	(44.694)	9.096	34.636	90.576

11 ATIVO REGULATÓRIO - PASEP/COFINS

Pela publicação das Leis Federais n.ºs 10.637, de 30.12.2002 e 10.833, de 29.12.2003, foram majoradas as alíquotas e alteradas as bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. Em razão dessas alterações, ocorreu crescimento nas despesas com Pasep de dezembro de 2002 a junho de 2005 e nas despesas com a Cofins de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

A Aneel, através do Ofício Circular n.º 302/2005-SFF/Aneel, reconhece o direito da Companhia em ser ressarcida dos custos adicionais com Pasep e Cofins, autorizando as concessionárias a apurar o valor do impacto produzido em função da mudança de critérios de apuração do PIS/Pasep e Cofins e reconhecê-lo contabilmente como ativo ou passivo, conforme a natureza do impacto, positivo ou negativo, respectivamente. Fundamentada em tal dispositivo, a Companhia tem registrado, de acordo com critério definido pela Agência Reguladora, os créditos no montante de R\$ 80.104 reduzindo, em contrapartida, a despesa com Pasep e Cofins.

Do montante dos créditos, R\$ 32.680 estão contabilizados como ativo realizável a longo prazo, aguardando definições da Aneel quanto aos prazos de recuperação. Por este motivo, tais valores não foram atualizados monetariamente.

Do montante a ser recuperado até o próximo reajuste tarifário, ou seja, R\$ 47.424, já foram realizados R\$ 17.424.

12 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2005	2004
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	21.199	4.310
	21.199	4.310
Ativo realizável a longo prazo		
Caução do contrato da STN (nota 15.a)	21.397	21.381
	21.397	21.381

Os depósitos em garantia atendem as exigências da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia e nas liquidações da própria CCEE.

13 OUTROS CRÉDITOS

	2005	2004
Ativo circulante		
Pagamentos antecipados	1.432	486
Empregados	4.420	3.959
Salários empregados cedidos a recuperar	711	638
Adiantamento a fornecedores	1.398	94
Desativações em curso	2.848	1.675
RGR - diferença de 2003	2.111	-
Adiantamento para depósitos judiciais	28	37
Alienação de bens e direitos	47	47
Entidades seguradoras	330	256
Outros créditos a receber	2.731	2.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(565)	(638)
	15.491	8.652
Ativo realizável a longo prazo		
Empréstimos compulsórios	7.830	7.484
Imposto único s/ energia elétrica - IUEE (nota 22)	-	7.374
Pagamentos antecipados	936	-
Bens e direitos destinados à alienação	62	62
Outros créditos a receber	244	244
	9.072	15.164

14 IMOBILIZADO

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2005	Líquido 2004
Em serviço				
Intangíveis	27.427	17.764	9.663	12.190
Terrenos	16.548	-	16.548	16.357
Edificações	79.689	29.548	50.141	50.339
Máquinas e equipamentos	3.076.434	1.499.525	1.576.909	1.474.411
Veículos	49.049	34.921	14.128	12.665
Móveis e utensílios	6.176	3.101	3.075	2.319
	3.255.323	1.584.859	1.670.464	1.568.281
Em curso				
Intangíveis	8.798	-	8.798	11.928
Terrenos	57	-	57	156
Edificações	4.473	-	4.473	3.647
Máquinas e equipamentos	96.825	-	96.825	142.861
Veículos	-	-	-	903
Móveis e utensílios	162	-	162	526
Estudos e projetos	9.975	-	9.975	9.368
Material em depósito	62.430	-	62.430	44.366
Compras em andamento	848	-	848	-
Depósitos judiciais	2.788	-	2.788	31.526
	186.356	-	186.356	245.281
Obrigações vinculadas à concessão	(757.983)	-	(757.983)	(718.308)
			1.098.837	1.095.254

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

a) Obrigações especiais

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final das concessões.

b) Planos de universalização de energia elétrica

A Aneel, através da Resolução n.º 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei n.º 10.438 de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Foi devolvido aos consumidores até 31.12.2005 o montante de R\$ 5.481.

O programa “Luz para Todos” instituído pelo Governo objetivou antecipar a meta de completar 100% de eletrificação no País até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

c) Levantamento físico dos bens do imobilizado

A Companhia realiza regularmente inventários físicos de seus ativos, distribuídos dentro de sua área de concessão.

d) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel n.º 44/1999, são:

Tipos de Bens	%
Equipamento geral	10,0
Bancos de Capacitores	6,7
Chave de Distribuição	6,7
Condutor do Sistema	5,0
Estrutura do Sistema	5,0
Regulador de Tensão	4,8
Transformador	5,0

e) Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Obrigações	Total
	Em serviço	Em curso	Especiais	
Em 31 de dezembro de 2003	1.563.891	184.498	(670.384)	1.078.005
Programa de investimentos	-	233.808	-	233.808
Quotas de depreciação	(142.275)	-	-	(142.275)
Baixas	(11.718)	-	-	(11.718)
Imobilizações de obras	158.377	(158.377)	-	-
Reversão de provisões para contingências com servidões	-	(14.648)	-	(14.648)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(47.924)	(47.924)
Bens destinados a uso futuro transferidos dos investimentos	6	-	-	6
Em 31 de dezembro de 2004	1.568.281	245.281	(718.308)	1.095.254
Programa de investimentos	-	241.114	-	241.114
Quotas de depreciação	(152.287)	-	-	(152.287)
Baixas	(16.816)	-	-	(16.816)
Imobilizações de obras	271.300	(271.300)	-	-
Reversão de provisões para contingências com servidões	-	(29.112)	-	(29.112)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(39.675)	(39.675)
Provisões para contingências com desapropriações	-	374	-	374
Bens destinados a uso futuro transferidos para investimentos	(15)	-	-	(15)
Em 31 de dezembro de 2005	1.670.463	186.357	(757.983)	1.098.837

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

	Circulante		Exigível a longo prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2005	2004
Moeda estrangeira					
Secretaria Tesouro Nacional (a)	7.732	1.159	87.119	96.010	118.617
Eletrobrás (c)	7	2	57	66	80
	7.739	1.161	87.176	96.076	118.697
Moeda nacional					
Eletrobrás (c)	11.613	113	13.892	25.618	33.591
Banestado (d)	70	-	-	70	177
Banco do Brasil S.A. (b)	93	5	1.023	1.121	1.206
	11.776	118	14.915	26.809	34.974
	19.515	1.279	102.091	122.885	153.671

a) **Secretaria do Tesouro Nacional - STN**

A reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei n.º 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2005	2004
Par Bond (1)	30	15.04.2024	30	29.559	33.515
Capitalization Bond (2)	20	15.04.2014	10	21.444	27.175
Debt Conversion Bond (3)	18	15.04.2012	10	18.231	23.746
Discount Bond (4)	30	15.04.2024	30	20.553	23.201
El Bond - Bônus de Juros (5)	12	15.04.2006	3	1.006	3.409
New Money Bonds (6)	15	15.04.2009	7	2.589	3.758
Flirb (7)	15	15.04.2009	9	2.628	3.813
				96.010	118.617

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

- 1) *Par Bond* - Juros correspondentes a 4,0% a.a. no primeiro ano e a 6,0% a.a. nos seguintes e amortização única no final do contrato.
- 2) *Capitalization Bond* - Juros correspondentes a 4,0% a.a. no primeiro ano e a 8,0% a.a. nos seguintes e amortização em 21 parcelas semestrais, a partir de abril de 2004.
- 3) *Debt Conversion Bond* - Juros correspondentes a *libor* semestral + 7/8 de 1% a.a. e amortização em 17 parcelas semestrais, a partir de abril de 2004.
- 4) *Discount Bond* - Juros correspondentes a *libor* semestral + 13/16 de 1% a.a. e amortização única no final do contrato.
- 5) *El Bond* - Bônus de Juros – Juros correspondentes a *libor* semestral + 13/16 de 1% a.a. e amortização em 19 parcelas semestrais, a partir de abril de 1997.
- 6) *New Money Bonds* - Juros correspondentes a *libor* semestral + 7/8 de 1% a.a. e amortização em 17 parcelas semestrais, a partir de abril de 2001.
- 7) *Flirb* - Juros correspondentes a 4,0% a 5,0% a.a. nos primeiros anos e *libor* semestral + 13/16 de 1% a.a. após o 6.º ano até o final do contrato e amortização em 13 parcelas semestrais, a partir de abril de 2003.

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 8.821 e R\$ 12.576 (R\$ 8.822 e R\$ 12.559, em 31.12.2004), respectivamente, contabilizadas na conta Cauções e Depósitos Vinculados, no ativo realizável a longo prazo (nota 12).

b) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30 de março de 1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema price, a partir de 1º de abril de 1994, atualização mensal pela TJLP e IGPM e taxa de juros de 5,098% a.a..

c) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999 e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 6,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice da UFIR. O contrato repassado à Copel Distribuição, com recursos do BIRD, tem encargos pagos semestralmente de 3,98% a.a.; a garantia é dada por fiança do Governo Federal para a Controladora.

d) Banco Banestado S.A.

Contratos do Fundo de Desenvolvimento Urbano assinados em 02 de dezembro de 1996 e 23 de julho de 1998, amortizáveis em 96 parcelas mensais pelo sistema price, com carência de 12 meses, atualização mensal com base na TR e taxa de juros de 8,5% a.a.. O contrato assinado em 02 de dezembro de 1996 encerrou em setembro de 2004.

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador				
	2005	%	2004	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	96.076	78,18	118.697	77,24
	96.076	78,18	118.697	77,24
Moeda nacional				
TR	70	0,06	177	0,12
URBNDES e TJLP	63	0,05	81	0,05
IGP-M	1.057	0,86	1.124	0,73
Ufir	25.619	20,85	33.592	21,86
	26.809	21,82	34.974	22,76
	122.885	100,00	153.671	100,00

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Varição (%)	
	2005	2004
Dólar norte-americano	(11,82)	(8,13)
TR	2,96	1,73
URBNDES	3,75	3,50
IGP-M	1,21	12,41

Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional		
			2005	2004
2006	-	-	-	19.408
2007	6.742	6.107	12.849	13.016
2008	6.742	1.008	7.750	8.433
2009	6.004	1.008	7.012	7.596
2010	5.266	1.008	6.274	6.759
2011	5.266	1.008	6.274	6.759
2012	3.877	1.008	4.885	5.183
2013	2.487	1.008	3.495	3.608
2014	1.248	903	2.151	2.097
2015	-	867	867	2.097
2016	-	561	561	1.833
2017	-	130	130	1.833
após 2017	49.544	299	49.843	52.674
	87.176	14.915	102.091	131.296

Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	
Em 31 de dezembro de 2003	12.144	127.939	4.614	10.006	154.703
Ingressos	-	-	-	25.412	25.412
Encargos capitalizados	-	-	-	-	-
Encargos	6.333	-	2.255	-	8.588
Variação monetária e cambial	(1.208)	(9.479)	4	126	(10.557)
Transferências	10.826	(10.826)	11.882	(11.882)	-
Amortizações	(17.033)	-	(7.442)	-	(24.475)
Em 31 de dezembro de 2004	11.062	107.634	11.313	23.662	153.671
Ingressos	-	-	-	2.155	2.155
Encargos capitalizados	-	-	-	-	-
Encargos	5.943	-	1.997	-	7.940
Variação monetária e cambial	(1.257)	(12.488)	8	16	(13.721)
Transferências	7.970	(7.970)	10.918	(10.918)	-
Amortizações	(14.818)	-	(12.342)	-	(27.160)
Em 31 de dezembro de 2005	8.900	87.176	11.894	14.915	122.885

16 DEBÊNTURES

	Exigível a		Total	
	Circulante	longo prazo	2005	2004
	Encargos	Principal		
Debêntures (a)	57.220	562.902	620.122	614.027
	57.220	562.902	620.122	614.027

O saldo da obrigação referente às operações com debêntures, no montante de R\$ 620.122, foi repassado pela Controladora (R\$ 614.027, em 31.12.2004), da mesma forma que os empréstimos e financiamentos.

a) Debêntures

Emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2002, com subscrição integral no valor total de R\$ 500.000, dividida em três séries (R\$ 100.000, R\$ 100.000 e R\$ 300.000, respectivamente), com prazo de vigência de cinco anos, vencíveis em 1º.03.2007. A primeira série foi readquirida em 27.02.2004 e a segunda série foi repactuada em março de 2005, com remuneração da taxa DI, capitalizada de *spread* de 1,50% a.a., com vencimento para 1º.03.2007.

A espécie das debêntures é sem preferência (quirografária), com garantia pela fiança conjunta e solidária das subsidiárias integrais da Controladora. Não são conversíveis em ações e têm forma escritural. A destinação dos recursos foi a quitação do *Euro-Commercial Paper* e aplicação no programa de investimentos das subsidiárias integrais relativo aos exercícios de 2002 a 2004.

Na sua emissão, a remuneração da primeira e segunda séries foi equivalente à variação da taxa DI (calculada e divulgada pela Cetip), expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias, capitalizada de *spread* de 1,75% a.a.. São pagas semestralmente no primeiro dia útil dos meses de março e setembro. A terceira série tem seu valor nominal unitário remunerado a partir da data de emissão, 1º.03.2002, pela variação do IGP-M, pelo número de dias úteis, mais juros de 13,25% a.a.. Os juros são pagos anualmente no primeiro dia útil de março, com atualização pela variação do IGP-M, em parcela única, juntamente com o principal.

Vencimento das parcelas de longo prazo:

	2005	2004
2007	562.902	457.408
	562.902	457.408

A mutação das debêntures é a seguinte:

Saldos	Circulante	Exigível a longo prazo	Total
Em 31 de dezembro de 2003	51.150	506.761	557.911
Ingressos	-	-	-
Encargos	78.266	-	78.266
Variação monetária	-	50.646	50.646
Transferências	100.000	(100.000)	-
Amortizações	(72.796)	-	(72.796)
Em 31 de dezembro de 2004	156.620	457.407	614.027
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	81.011	5.495	86.506
Amortizações	(180.411)	-	(180.411)
Em 31 de dezembro de 2005	57.220	562.902	620.122

17 FORNECEDORES

	2005	2004
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da conexão	37.631	23.479
Uso da rede básica	32.901	34.505
Transporte de energia	3.102	2.623
	73.634	60.607
Fornecedores de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	77.921	62.736
Cia. de Interconexão Energética - CIEN	63.000	63.000
Cia. de Interconexão Energética - CIEN - ELP	175.452	239.774
Foz do Chopin Energética Ltda.	69.244	44.878
Furnas Centrais Elétricas S.A.	18.348	-
Itiquira Energética S.A.	7.037	5.894
Copel Geração	43.115	82.250
Copel Geração - ELP	109.451	109.451
Outros concessionários	42.164	6.528
	605.732	614.511
Materiais e serviços		
Outros fornecedores	37.832	30.841
	37.832	30.841
	717.198	705.959
	Circulante	466.185
	Exigível a Longo Prazo - ELP	239.774
	432.295	284.903

18 FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

	2005	2004
Folha de pagamento		
Folha de pagamento, líquida	21.131	11.263
Tributos e contribuições sociais	9.667	8.234
	30.798	19.497
Provisões trabalhistas		
Férias e 13º salário	27.480	23.734
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	8.935	7.744
	36.415	31.478
	67.213	50.975

19 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia, através da Fundação Copel, da qual são patrocinadoras, mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário) e de assistência médica-odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego. As contribuições aos planos são efetuadas por ambas as partes, patrocinadoras e beneficiários, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, seguindo as normas vigentes aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, a fim de prover fundos suficientes para cobrir as obrigações futuras com os benefícios a conceder.

Em 1998, houve implantação e migração do plano previdenciário (Plano Previdenciário III). Em consequência, essa mudança de plano gerou um saldo de dívida, que, atualizado até então, foi transferido da Controladora para a Copel Distribuição, por ocasião de sua criação, em 2001. O montante foi financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º.08.2001. Como garantia desse contrato, a patrocinadora autorizou a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de sua propriedade, ficando a Controladora como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

A Companhia adota as práticas contábeis instituídas pela Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000, para registrar os custos com os planos previdenciário e assistencial, bem como os encargos sobre a dívida assumida com o Plano III (nota 30).

20 TAXAS REGULAMENTARES

	2005	2004
Conta de desenvolvimento energético - CDE	10.934	6.989
Encargos de capacidade emergencial	10.021	22.067
Reserva global de reversão - RGR	1.547	1.649
Taxa de fiscalização - Aneel	625	457
Conta de consumo de combustível - CCC	984	15.462
Outras taxas a pagar	-	394
	24.111	47.018

21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2005	2004
Taxa de iluminação pública arrecadada	14.951	13.562
Devolução de faturas	428	443
Saldo transferência de crédito de ICMS	886	-
Devolução - antecipação universalização obras	1.586	-
Consumidores - outros	1.702	1.948
Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (a)	60.488	-
Empréstimo compulsório - Eletrobrás	3.225	1.034
Entidades seguradoras - prêmios a pagar	345	333
Cauções em garantia	236	102
Outras obrigações	2.505	2.046
	86.352	19.468

a) Programas de pesquisa e desenvolvimento - P&D e eficiência energética - PEE

A Resolução Normativa Aneel nº 176, de 28.11.2005 estabeleceu critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética - PEE pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o regulamento estabelecido por aquela Agência Reguladora. Na mesma Resolução, foi aprovado o Manual do Programa de Eficiência Energética - PEE.

Esse Manual define regras para a contabilização dos custos do PEE, estabelecendo como competência, para efeito do registro contábil do passivo e resultado, o mesmo mês de faturamento da receita cobrada dos consumidores de energia e que, sobre o saldo do passivo incidirão juros a partir do mês subsequente ao faturamento, até o mês da efetiva aplicação dos recursos, calculados diariamente com base na taxa Selic.

Com base em critérios adotados em anos anteriores, a Companhia registrava os custos associados, no resultado do exercício em que efetivamente os recursos eram aplicados nos diversos projetos aprovados dentro do Programa de Eficiência Energética. Contudo, tal prática está em desacordo com o disposto no Manual.

Assim, a fim de atender ao disposto na Resolução, neste exercício a Companhia registrou um passivo referente aos recursos a serem aplicados no valor de R\$ 10.609 para os Programas de Eficiência Energética e R\$ 12.545 para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu a título de ajuste de exercícios anteriores, na conta de Lucros Acumulados, os efeitos líquidos dos impostos, das despesas incorridas referentes aos exercícios de 2003 e 2004, no valor de R\$ 24.640, que corresponde ao provisionamento de R\$ 37.334.

	PEE	P&D	Total
Despesas operacionais	10.455	12.545	23.000
Despesas financeiras	154	-	154
Efeito no resultado	10.609	12.545	23.154
Ajustes em lucros acumulados	17.033	7.607	24.640
Impostos a compensar (ativo circulante)	8.775	3.919	12.694
Total	36.417	24.071	60.488

22 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	Depósitos judiciais (Ativo - RLP)		Provisões (Passivo - ELP)	
	2005	2004	2005	2004
Trabalhistas	46.104	32.130	52.820	37.354
Cíveis:				
Consumidores	1.648	1.456	20.205	15.657
Serviços de passagem	919	899	1.274	30.386
IUEE - prefeituras municipais (nota 13)	-	-	-	7.374
Cíveis e vara da fazenda	10.473	8.472	18.955	24.862
	13.040	10.827	40.434	78.279
Fiscais:				
Tributos federais	-	-	4.540	4.500
Desapropriações	-	-	374	-
	-	-	4.914	4.500
Outros depósitos judiciais	661	2.046	-	-
	59.805	45.003	98.168	120.133

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2005, monta a R\$ 1.607.168 composto por 1.607.168.161 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia - Copel.

24 RECEITA OPERACIONAL

	2005	2004
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	1.856.980	1.651.363
Industrial	1.550.787	1.419.021
Comercial, serviços e outras atividades	1.096.620	915.034
Rural	242.188	210.550
Poder público	168.008	142.457
Iluminação pública	144.214	128.199
Serviço público	122.359	104.389
	5.181.156	4.571.013
Suprimento de energia elétrica		
Contratos iniciais	37.526	32.715
Contratos bilaterais	35.517	115.157
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	55.287	27.090
	128.330	174.962
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede elétrica - tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD)	133.792	80.526
	133.792	80.526
Outras receitas operacionais		
Renda da prestação de serviços	8.451	11.040
Arrendamentos e aluguéis	45.543	45.011
Serviço taxado	7.733	7.222
Outras receitas	759	166
	62.486	63.439
	5.505.764	4.889.940

Número de Consumidores e total de fornecimento

	N.º de Consumidores (*)		MWh (*)	
	2005	2004	2005	2004
Consumidores				
Residencial	2.561.066	2.495.584	4.652.721	4.466.727
Industrial	53.256	50.032	6.465.684	7.825.439
Comercial	273.124	266.491	3.231.234	3.024.575
Rural	327.363	327.097	1.389.281	1.320.089
Poder público	30.369	30.009	493.689	469.729
Iluminação pública	7.098	6.667	703.970	685.578
Serviço público	3.707	3.619	564.877	551.210
Consumo próprio	581	571	22.044	21.874
	3.256.564	3.180.070	17.523.500	18.365.221
Revendedores				
Suprimento - curto prazo			910.781	1.214.988
Suprimento - contratos iniciais			450.193	483.446
Suprimento - contratos bilaterais			291.650	980.400
			1.652.624	2.678.834
			19.176.124	21.044.055

(*) Informações não auditadas.

25 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	2005	2004
Tributos sobre a receita		
Cofins	244.864	132.532
Pasep	54.843	30.868
ICMS	1.323.791	1.133.883
ISSQN	4	-
	1.623.502	1.297.283
Encargos do consumidor		
Quota para reserva global de reversão - RGR	14.853	24.838
Encargos de capacidade emergencial	82.404	137.243
	97.257	162.081
	1.720.759	1.459.364

26 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	2005	2004
Eletrobrás (Itaipu)	464.423	439.494
Cia. de Interconexão Energética - Cien	309.334	322.037
Copel Geração	333.419	701.148
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	174.447	-
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - leilão	122.819	-
Outras concessionárias - leilão	87.139	-
Itiquira Energética S.A.	80.684	68.189
Companhia Energética de São Paulo - leilão	46.233	-
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	43.175	-
Elejor	30.483	-
Foz do Chopin Energética Ltda.	23.530	21.785
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2.419	31.536
Outras concessionárias	4.923	5.115
	1.723.028	1.589.304

27 DESPESAS OPERACIONAIS

	2005	2004
Despesas com vendas		
Materiais	92	120
Serviços de terceiros	18.725	15.227
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.807	65.418
Arrendamentos e aluguéis	-	24
Tributos	-	4
(-) Recuperação de despesas	(5.736)	(3.361)
Outras despesas	4	-
	34.892	77.432
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	78.234	70.117
Plano previdenciário e assistencial	11.866	12.997
Materias	8.378	9.447
Serviços de terceiros	62.281	59.661
Depreciação e amortização	12.098	11.183
Arrendamentos e aluguéis	11.342	11.310
Estorno ICMS a compensar - lei Kandir	-	107.421
Tributos	2.286	2.313
(-) Recuperação de despesas	(6.744)	(3.636)
Outras despesas	5.284	15.999
	185.025	296.812
Outras despesas operacionais		
Conta de consumo de combustível - CCC	198.835	186.158
Conta de desenvolvimento energético - CDE	152.250	103.199
Taxa de fiscalização - Aneel	6.658	4.469
Provisões Cíveis e Vara da Fazenda	14.840	953
Pesquisa e Desenvolvimento	34.260	6.063
Tributos	12.031	620
Outras despesas	1.389	1.107
	420.263	302.569
	640.180	676.813

28 ABERTURA DE OUTROS CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2005	2004
Outros custos de operação		
Arrendamentos e aluguéis	368	312
Seguros	487	402
Recuperação de despesas	(14.875)	(15.079)
Anúncios e campanhas especiais	72	-
Energia Elétrica - Consumo Próprio	5.139	4.106
Indenizações	1.711	1.552
Diversos	2.668	2.116
	(4.430)	(6.591)
Outros custos do serviço prestado a terceiros		
Arrendamentos e aluguéis	3	-
Diversos	10	531
	13	531
Outras despesas com vendas		
Diversas	4	-
	4	-
Outras despesas gerais e administrativas		
Seguros	398	473
Anúncios e campanhas especiais	3.103	13.252
Indenizações	217	145
Diversas	1.566	2.129
	5.284	15.999
Outras despesas operacionais		
Doações, contribuições e subvenções	1.389	856
Diversas	-	251
	1.389	1.107
	(1.458)	(2.824)

29 PESSOAL

	2005	2004
Remunerações	258.565	213.936
Encargos sociais	87.653	72.126
Auxílio alimentação e educação	25.372	21.519
Indenizações trabalhistas	1.694	1.807
Participação nos resultados (a)	21.021	11.170
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(27.382)	(14.981)
	366.923	305.577

a) Participação nos resultados

Desde 1996 a Controladora implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido.

O Ofício Circular n.º 01/2006-CVM/SNC/SEP, de 22.02.2006, determina que as participações em resultados não referenciadas nos estatutos devem ser classificadas como custo ou despesa operacional.

30 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL

A Copel Distribuição mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (“Plano Previdenciário”) e de assistência médica e odontológica (“Plano Assistencial”) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Plano previdenciário

O atual Plano Previdenciário aos empregados é oriundo de um plano de “benefícios definidos”, o qual foi transformado em um plano de “contribuição definida” em 1998, denominado “Plano Previdenciário III”.

Naquela data, o direito proporcional adquirido pelos participantes, em função da mudança de plano, gerou uma dívida que foi assumida e registrada nas demonstrações contábeis da Controladora, como patrocinadora única do plano, para ser amortizada em 240 parcelas mensais, vencíveis à partir de 1.º de fevereiro de 1999, atualizada pelo INPC e juros de 6% a.a..

Com a criação das subsidiárias integrais em 1.º de julho de 2001, o saldo daquela dívida, atualizado até então, foi transferido às mesmas, segregada individualmente com base em seus respectivos quadros de funcionários, existentes na data-base de cálculo da obrigação, ou seja, em 31 de dezembro de 1997, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1.º de agosto de 2001. Como garantia destes contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade das mesmas.

Em razão da celebração destes novos contratos individuais, o contrato firmado entre a Fundação e a Controladora, patrocinadora instituidora, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos daquele contrato, ficando, entretanto, a Controladora como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

Plano assistencial

Até agosto de 2001, a concessão de assistência médica aos funcionários e seus dependentes era feita diretamente pela Companhia, com administração da Fundação Copel. A partir daquela data, a Copel Distribuição implementou um plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado “Plano Pró-Saúde”, que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadoras e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a este tipo de plano assistencial.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, as subsidiárias integrais da Controladora aportaram fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1.º de julho de 2001.

No exercício de 2005, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2005	2004
Período pós-emprego	14.071	35.209	49.280	69.918
Empregados ativos	-	15.163	15.163	13.557
	14.071	50.372	64.443	83.475

31 RESULTADO FINANCEIRO

	2005	2004
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	26.213	5.879
Juros e comissões	79.067	142.362
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	67.814	49.434
Remuneração Selic - CVA	37.856	40.904
Variações monetárias	18.407	114.752
Juros sobre impostos a compensar	5.904	221
Outras receitas financeiras	3.832	3.934
(-) Impostos e contrib. sociais s/ rec. financeiras	-	(10.084)
	239.093	347.402
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	88.953	57.633
CPMF e IOF	22.555	18.800
Juros sobre parcelamento de tributos	1.895	-
Multas moratórias - fiscais e outras	8.357	7.454
Remuneração Selic - CVA	6.753	-
Variações monetárias e cambiais	(2.694)	48.081
Provisão para tributos federais	-	4.500
Outras despesas financeiras	3.504	4.858
	129.323	141.326
	109.770	206.076

32 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2005	2004
Ganho na alienação de bens e direitos	8.644	6.492
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(19.138)	(12.783)
	(10.494)	(6.291)

33 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A CCEE foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora contidas no Despacho Aneel n.º 288/2002 e na Resolução Aneel n.º 395/2002, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

Em 16.07.2002, a Controladora e a Copel Distribuição ajuizaram ação ordinária requerendo a concessão de tutela antecipada com o objetivo de suspender: a) os efeitos do Despacho Aneel n.º 288/2002, determinando à Aneel que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002 ou, caso já tenha sido efetuada outra contabilização, que suste os seus efeitos; e b) os efeitos do artigo 1º, § 1º, da Resolução Aneel n.º 395/2002.

No mérito, requerem: a) que seja declarada a inaplicabilidade do Despacho Aneel n.º 288, bem como, na hipótese de já ter ocorrido nova contabilização, que a mesma seja declarada nula; b) a condenação da Aneel, para que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002; c) que seja declarado que o artigo 1º, § 1º, da Resolução Aneel n.º 395/2002 não se aplica às sociedades; e, d) a condenação da Aneel ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados, a serem apurados em liquidação de sentença.

Em 07.08.2002 foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela, de forma que, em 13.08.2002, as sociedades interpuseram agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

Em 27.08.2002, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão deferindo o pedido de efeito suspensivo para sustar a liquidação da contabilização determinada pelo Despacho n.º 288 e Resolução n.º 395 da Aneel.

Em 09.09.2002, a Aneel apresentou petição requerendo que fosse reconsiderada a decisão que deferiu o pedido de efeito suspensivo, o que lhe foi negada. Em 02.11.2002, a Copel Distribuição protocolou uma petição perante o Superior Tribunal de Justiça juntando cópia da decisão em questão. Em 29.08.2003, os autos foram remetidos à conclusão, posição que permanece inalterada até o encerramento destas demonstrações contábeis.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato de o Despacho e a Resolução mencionados acima terem produzido alterações retroativas à data da ocorrência das operações, especificamente quanto à comercialização parcial da quota parte de Itaipu nos submercados sul e sudeste para atender contratos bilaterais de energia livre, durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preço da energia de curto prazo entre os mercados. O montante estimado em 31.12.2005, relativo às diferenças de cálculo, é de aproximadamente R\$ 610.000, não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2005	2004
Ativo circulante (nota 5)		
Até dezembro de 2004	-	4.071
De outubro a dezembro de 2005	3.516	-
	3.516	4.071

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2005 está apresentada como segue:

	Valores a liquidar 31.12.2004	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.12.2005
Ativo circulante (nota 5)				
Até dezembro de 2004	4.071	(4.306)	235	-
De abril a junho de 2005	-	(22.828)	22.828	-
De julho a setembro de 2005	-	(14.746)	14.746	-
De outubro a dezembro de 2005	-	(11.436)	14.952	3.516
	4.071	(53.316)	52.761	3.516
Passivo circulante				
De janeiro a março de 2005	-	(4.512)	4.512	-
De outubro a dezembro de 2005	-	(1.509)	1.509	-
	-	(6.021)	6.021	-
Total Líquido	4.071	(47.295)	46.740	3.516

O MAE divulgou, em 24.06.2003, comunicado aprovando o novo cronograma de liquidação financeira dos 50% restantes relativamente às operações realizadas de dezembro de 2000 a dezembro de 2002. Essa liquidação se deu em 03.07.2003, tendo sido mantidas as datas anteriormente acordadas para a liquidação financeira das operações relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, sendo 07.07.2003, 10.07.2003 e 17.07.2003, respectivamente.

Os valores da energia no longo prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, além da própria Companhia, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho n.º 288 da Aneel, de 16.05.2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

34 RECONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL), calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	2005	2004
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	274.920	331.245
IRPJ e CSLL (34%)	(93.449)	(112.622)
Efeitos fiscais sobre:		
Excesso de contribuição previdenciária privada	(1.798)	(12.449)
Outros	7.330	818
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL (34%)	(87.917)	(124.253)

35 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados (a)	24/08/2006	109.173
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/08/2006	187.668
Responsabilidade civil (c)	24/08/2006	5.780
Engenharia (d)	24/08/2006	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/08/2006	apólice por averbação

- a) **Riscos nomeados** - apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.
- b) **Incêndio - imóveis próprios e locados** - cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.
- c) **Responsabilidade civil** - Apólice contratada pela Companhia com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.
- d) **Riscos de engenharia** - cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.
- e) **Seguro de transporte** - garantia por danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. Contratada a apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

36 DETALHAMENTO DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	2005	2004
Das operações		
Lucro líquido do exercício	187.003	206.992
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	152.287	142.275
Variações monetárias de longo prazo	(22.502)	(98.649)
Do realizável a longo prazo	(23.573)	(139.942)
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	16	126
Dos empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(12.488)	(9.479)
Das debêntures	5.495	50.646
Dos demais exigíveis a longo prazo	8.048	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.504)	4.220
Provisões (reversões) no exigível a longo prazo	145.749	75.822
Fornecedores	-	-
Benefícios pós-emprego	49.280	70.370
Conta de compensação da parcela "A"	72.360	-
Parcelamento de ICMS	9.268	-
Contingências trabalhistas	15.466	(23.910)
Contingências tributárias	40	4.500
Contingências cíveis	(5.214)	24.862
Contingências decorrentes do reajuste tarifário de 1986	4.549	-
Baixas de realizáveis a longo prazo	-	68.189
ICMS a compensar	-	68.189
Baixas de investimentos	-	3
Baixas de imobilizado em serviço - líquidas	16.816	11.718
Total das despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	273.846	203.578
Total das operações	460.849	410.570

ORIGENS (continuação)	2005	2004
De terceiros		
Resgate de depósitos judiciais e cauções	-	25.000
Fornecedores (Copel Geração) - reclassificação do circulante	109.451	-
Controladora e coligadas	2.556	28.179
Contribuições do consumidor	39.675	47.924
Empréstimos e financiamentos	2.155	25.412
Em moeda nacional	2.155	25.412
Debêntures	100.000	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Consumidores e revendedores	12.146	11.727
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	31.772	24.214
ICMS a recuperar	380	17.903
Conta de compensação da "parcela A"	101.933	205.231
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	50.712	-
Demais ativos	305	-
Empréstimos compulsórios sobre aquisição de veículos e combustíveis	305	-
Total de terceiros	451.085	385.590
Da redução do capital circulante líquido	-	52.476
TOTAL DAS ORIGENS	911.934	848.636

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Valores expressos em milhares de reais)

APLICAÇÕES	2005	2004
No imobilizado	241.114	233.808
No realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	10.706	1.859
Parcelamento de débitos de consumidores	10.706	1.859
Repasse CRC ao Gov. Est. Paraná - reclassificação do circulante	-	170.149
ICMS a recuperar	1.982	1.987
Depósitos judiciais	14.802	19.953
Conta de compensação da "parcela A"	13.884	111.937
Ativo regulatório - Pasep/Cofins	22.145	61.247
Demais ativos	936	-
Pagamentos antecipados	936	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	18.888	22.708
Em moeda nacional	10.918	11.882
Em moeda estrangeira	7.970	10.826
Debêntures	-	100.000
Fornecedores	64.321	32.227
Benefícios pós-emprego	75.784	91.154
Conta de compensação da "parcela A"	28.767	-
Impostos, contribuições sociais e outras contas a pagar	38.797	-
Programas de pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética	24.640	-
Parcelamento de ICMS	14.157	-
Contingências judiciais	693	1.607
Consumidores - reajuste tarifário de 1986	-	1.607
Cíveis	693	-
No aumento do capital circulante líquido	379.115	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	911.934	848.636
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial	1.035.002	927.229
Passivo circulante inicial	1.036.716	876.467
Capital circulante líquido inicial	(1.714)	50.762
Ativo circulante final	1.403.331	1.035.002
Passivo circulante final	1.025.930	1.036.716
Capital circulante líquido final	377.401	(1.714)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	379.115	(52.476)

10. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e suas controladas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e suas controladas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Companhia Paranaense de Energia - COPEL dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 41 às demonstrações contábeis, a companhia está contestando os cálculos efetuados pelo então Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE (presentemente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), que levam em consideração as decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contidas no Despacho ANEEL nº 288/2002 e na Resolução ANEEL nº 395/2002, por entender que esses normativos introduziram alterações nas regras de mercado vigente à época da ocorrência das respectivas operações. O montante envolvido é de aproximadamente R\$ 610.000 mil, cuja provisão não foi registrada contabilmente pela companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos que entendem como sendo possível a chance de êxito da companhia no desfecho do referido processo.

Curitiba, 23 de março de 2006

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/S-2 "S" PR

11. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado - através de análises de balancetes - a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2005, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e, considerando todos os pontos contidos no Parecer da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 24 de março de 2006.

ANTONIO RYCHETA ARTEN

Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI